

ESTUDOS DA COMPETITIVIDADE DO TURISMO BRASILEIRO



TURISMO E A DIMENSÃO SOCIAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DO TURISMO

Walfrido dos Mares Guia

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Márcio Favilla Lucca de Paula

SECRETÁRIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Maria Luisa Campos Machado Leal

SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO

Airton Nogueira Pereira Junior

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pedro Gabriel Wendler

COORDENAÇÃO-GERAL DE RELAÇÕES MULTILATERAIS

Fernanda Maciel Mamar Aragão Carneiro

COORDENAÇÃO-GERAL DE RELAÇÕES SUL-AMERICANAS

Patric Krahl

GESTÃO TÉCNICA

Adriane Correia de Souza

Camila de Moraes Tiussu

Clarice Mosele

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Lucia Carvalho Pinto de Melo

Presidenta

Lélio Fellows Filho

Chefe da Assessoria Técnica

COORDENADORES RESPONSÁVEIS

Luciano Coutinho

Fernando Sarti

Universidade de Campinas - NEIT/UNICAMP

APRESENTAÇÃO

Nos últimos quatro anos, o turismo brasileiro vem respondendo aos desafios representados pelas metas do Plano Nacional do Turismo. Governo Federal, empresários, terceiro setor, estados e municípios trabalharam juntos para colocar em prática uma nova política para o turismo. Pela primeira vez na história, o turismo tornou-se prioridade de Governo, com resultados positivos para a economia e o desenvolvimento social do País.

O Ministério do Turismo contabiliza muitas vitórias conquistadas: a ampliação da oferta de roteiros turísticos de qualidade; aumento dos desembarques nacionais; incremento no número de estrangeiros visitando o País; aumento dos investimentos diretos; elevação na entrada de divisas e geração de renda e empregos para os brasileiros.

No entanto, algumas reflexões se impõem sobre o futuro do turismo brasileiro. Um mundo cada vez mais dinâmico e competitivo e as transformações da economia mundial trazem novas e desafiadoras exigências para todos, sem exceção. Dentre elas, a de que é necessário assegurar os interesses nacionais e um desenvolvimento sustentado e sustentável. Como fazer isso em longo prazo? E mais: qual o padrão de concorrência vigente no mercado internacional; qual estratégia o turismo brasileiro deve assumir para competir; qual o melhor modelo de desenvolvimento para o turismo no País; quais as oportunidades estão colocadas para as empresas brasileiras e, ao mesmo tempo, que ameaças existem para elas nesse mercado? Finalmente, o desafio maior: como promover uma inserção ativa e competitiva do turismo brasileiro na economia mundial?

Buscando analisar esse cenário e encontrar respostas aos desafios que ele coloca, o Ministério do Turismo realizou um trabalho junto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), que resultou neste rico material. Os Estudos de Competitividade e Estratégia Comercial reúnem o trabalho de grandes especialistas de vários centros de pesquisa do Brasil.

Os Estudos foram idealizados com o objetivo de incentivar o debate sobre os rumos do turismo brasileiro, considerando seus principais aspectos e segmentos. O Brasil é aqui comparado com casos internacionais de sucesso para fazer face aos desafios que se põem: as novas tecnologias, as alianças estratégicas, fusões, aquisições e o processo de concentração, o fortalecimento e a internacionalização de nossas empresas, a sustentabilidade ambiental e a preservação das culturas locais.

O Ministério do Turismo convida todos os agentes do setor a uma ampla discussão para a construção coletiva e democrática de um futuro Programa de Competitividade Para o Turismo Brasileiro. As bases para este futuro sustentado estão aqui, nestes Estudos de Competitividade e Estratégia Comercial para o Turismo.

Walfrido dos Mares Guia
Ministro do Turismo

NOTA:

O presente documento é propriedade do Governo Federal e é disponibilizado gratuitamente para avaliação dos profissionais do turismo brasileiro. Seu objetivo é ampliar o debate nacional sobre o futuro do setor, assim como de fomentar a pesquisa nesse campo do conhecimento, consistindo numa *versão preliminar*, que deverá sofrer alterações ao longo do primeiro semestre de 2007, incorporando sugestões e críticas a partir de debates com agentes selecionados do turismo brasileiro. Seu conteúdo não representa a posição oficial do Ministério do Turismo, sendo de inteira responsabilidade de seus autores.

1) Introdução e Objetivos

O presente relatório, intitulado “Turismo e a Dimensão Social”, tem como objetivo precípua reunir, sistematizar e analisar dados de natureza quantitativa e qualitativa da estrutura e características das ocupações nas atividades de Turismo no Brasil no período recente.

O desenvolvimento das atividades de Turismo é potencialmente portador de benefícios para as populações residentes nas áreas de intensa atração turística. Estes benefícios podem ser resultado, em primeiro lugar, da criação de empregos diretos e indiretos e, conseqüentemente, da ampliação dos circuitos de renda. Em segundo lugar, os municípios situados nos pólos de atração turística podem ver crescer suas receitas tributárias e seja por este fato, seja pelo maior volume de recursos transferidos pelos outros entes federados ou mesmo pelos investimentos realizados pela iniciativa privada. As populações residentes nesses locais podem se beneficiar da ampliação e melhoria da oferta de serviços de infra-estrutura, tais como saneamento, energia elétrica, pavimentação, transporte e comunicação, ou mesmo com a ampliação da oferta de serviços de educação, saúde e segurança. Finalmente, há ainda que se considerar que o Turismo pode estimular as iniciativas de reconhecimento, preservação e divulgação dos patrimônios históricos, artísticos, culturais e ambientais com evidentes impactos positivos sobre a qualidade de vida dos residentes nestes espaços.

Todavia, ao lado destas benesses, as atividades de Turismo podem potencialmente agravar as condições de trabalho e de vida das populações estabelecidas nas áreas de grande potencial turístico. A esse respeito, são muitos os relatos de precárias condições de trabalho nas atividades de Turismo e do crescimento de algumas mazelas associadas ao aumento da criminalidade, prostituição (inclusive infantil) e desestruturação dos estilos de vida tradicionais dessas populações, observando-se em alguns casos até mesmo a segregação sócio-espacial dos antigos moradores.

Assim, torna-se fundamental conhecer a realidade do Turismo no Brasil, em sua dimensão social, a partir da coleta, organização e tratamento dos dados quantitativos sobre o número de empregos, perfil etário, grau de instrução, perfil ocupacional e remunerações dos trabalhadores ocupados no setor, bem como, através da sistematização e análise das informações, sobretudo, qualitativas, dos impactos e dos desafios da atividade no período recente, dentre os quais podem ser destacados, o perfil dos postos de trabalho gerados no setor, as transformações provocadas no meio sócio-urbano dos grandes centros turístico ou as possibilidades de articulação das atividades turísticas com a preservação social e cultural de pequenas comunidades.

Para alcançar esses objetivos, o presente relatório está organizado em seis partes, além desta primeira dedicada à introdução e apresentação dos objetivos da pesquisa e da última, na qual se encontram as referências bibliográficas e anexos.

Na segunda parte, são apresentadas as fontes de dados utilizadas e procede-se a uma caracterização geral das atividades de serviço e do setor de Turismo no Brasil.

A terceira parte é dedicada à análise dos dados de ocupação para as diversas atividades econômicas, com a separação dos ocupados por sexo nos setores de produção de bens, nos Serviços e no setor do Turismo. Após esta contextualização mais geral, as informações referentes às atividades de Turismo são comparadas com a totalidade do setor de Serviços e com as demais atividades deste setor. Nesta análise são abordados aspectos como idade e escolaridade dos ocupados e aspectos relativos à inserção dos ocupados no mercado de trabalho, como posição na ocupação, grau de formalização e rendimentos na ocupação principal.

Na quarta parte, são analisados esses mesmos aspectos de forma específica para o setor do Turismo no Brasil em 2004, enfatizando as diferenças por sexo. Os rendimentos do trabalho são avaliados levando também em

consideração a idade, a escolaridade, o setor de atividade e a posição na ocupação.

Na quinta parte, os mesmos aspectos abordados anteriormente são agora analisados com um recorte para as regiões brasileiras do Nordeste, Sudeste e Sul.¹

Na sexta parte do trabalho, são investigados os amplos e possíveis efeitos sociais do Turismo no País em relação: à geração de empregos diretos e indiretos; às condições de trabalho dos ocupados no setor; ao papel que a atividade desempenha na atração de mão-de-obra; à qualificação dos trabalhadores; às alterações das atividades tradicionais desenvolvidas em áreas de potencial turístico; e ainda, sobre as condições de vida em geral, tais como, infra-estrutura básica, comércio e transportes, da população residente nas localidades turísticas.

Por fim, na sétima parte, é apresentada uma síntese dos principais resultados aferidos e discutidos ao longo do trabalho.

2) Fontes de dados e caracterização geral das atividades de serviço e do setor de Turismo no Brasil

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a principal fonte de dados sobre a dimensão social do Turismo, sobretudo no que diz respeito à coleta, organização e mensuração das informações sobre o nível de atividade e perfil ocupacional dos diferentes setores produtivos da economia brasileira.

A principal fonte de dados fornecida pelo IBGE, extensamente utilizada para a elaboração deste relatório, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta pesquisa traz as informações das pessoas ocupadas

nas diversas atividades econômicas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares (CNAE Domiciliar).

A delimitação do setor do Turismo tem como referência a CNAE, compatibilizada com a classificação da PNAD.² O ano de análise é 2004, uma vez que as mudanças na metodologia de coleta das informações da PNAD a partir de 2003 tornam difícil a comparação com os anos anteriores.

Para caracterizar e analisar os dados sobre o setor de Turismo em particular, e sobre o total de Serviços no Brasil tomou-se por base a classificação de Browning e Singelman (1978), com algumas modificações que permitiram ajustá-la à classificação de atividades do IBGE. Os Serviços foram divididos, então, em sete setores, a saber:

1. Turismo;
2. Serviços Sociais (incluindo a Administração Pública);
3. Serviços de Utilidade Pública (abrangendo a prestação de serviços de fornecimento de eletricidade, gás, água e esgoto);
4. Serviços Auxiliares à Atividade Econômica (abrangendo as atividades financeiras, imobiliária, de contabilidade, de engenharia, de arquitetura, de informática, entre outras);
5. Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais;
6. Serviço Doméstico;
7. Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação.

¹ As regiões Norte e Centro-Oeste não puderam ser contempladas na análise em virtude de limitações estatísticas. Sendo os dados provenientes da PNAD (amostrais, portanto), o recorte para aquelas regiões produziu resultados estatisticamente não significativos.

² As diversas atividades que fazem parte do setor de Turismo são apresentadas, de forma mais detalhada, no Anexo I.

Dessa forma, procurou-se separar as atividades que representam um prolongamento da produção (Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação), os serviços que fornecem apoio às atividades de produção (Serviços Auxiliares à Atividade Econômica), os Serviços de Utilidade Pública, os serviços que se destinam ao consumo coletivo (Serviços Sociais) ou pessoal (Serviços Pessoais), os serviços prestados em residências (Serviço Doméstico) e as atividades tipificadas como de Turismo.

3) Contextualização do Setor de Turismo no Brasil em 2004

Para contextualizar o setor do Turismo no Brasil, apresentamos inicialmente uma comparação deste setor com as demais atividades econômicas (produção de bens e de serviços).

Na tabela 1 é possível observar que dos 81 milhões de ocupados no Brasil no ano de 2004, excluindo as atividades de auto-consumo agrícola e auto-construção, 42,2% estão nos setores de bens e 57,8% nos Serviços. Na produção de bens, 41,9% dos ocupados concentram-se nas atividades agrícolas, de pesca, pecuária e outras, e 58,1% encontram-se nas atividades não agrícolas (indústria de transformação, construção civil, extrativa mineral, entre outras). O setor de Serviços, como já mencionado, foi subdividido em sete setores. O peso de cada um desses setores na ocupação total dos Serviços é a seguinte: Turismo (12,4%); Serviços Sociais (24,8%); Serviços de Utilidade Pública (1,2%); Serviços Auxiliares à Atividade Econômica (12,2%); Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais (5,0%); Serviço Doméstico (13,8%); e, por fim, Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação (30,6%).

Tabela 1
Número de Ocupados no Brasil conforme Atividades Econômicas em 2004

	ocupados	%	%
Total	81.109.477	100,0	
Produção de Bens	34.264.947	42,2	100,0
Agrícola	14.346.651		41,9
Não Agrícola	19.918.296		58,1
Serviços	46.844.530	57,8	100,0
Turismo	5.802.829		12,4
Serviços Sociais	11.613.192		24,8
Serviços de Utilidade Pública	553.987		1,2
Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	5.707.698		12,2
Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	2.363.580		5,0
Serviço Doméstico	6.472.484		13,8
Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	14.330.760		30,6

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Ao calcular a participação do setor de Turismo na ocupação total obtém-se a percentagem de 7,2%. Já o peso do Turismo nos Serviços é de 12,4%, valor muito semelhante ao dos Serviços Auxiliares à Atividade Econômica (12,2%) e ao do Serviço Doméstico (13,8%). Observa-se, também, que os setores que mais contribuem na ocupação total de Serviços são as atividades de Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação e os Serviços Sociais. Estes dois setores respondem juntos por 55,4% da ocupação dos Serviços.

É interessante observar que quando se comparam as atividades de Turismo com a produção de bens, por um lado, e com os Serviços, de outro, conforme o sexo do ocupado e em porcentagem, o setor de Turismo fica numa posição intermediária entre o setor de produção de bens e o setor de Serviços. Na tabela 2, a seguir, é possível verificar que enquanto nos Serviços a participação feminina é mais elevada, correspondendo a 51,8% dos ocupados, no Turismo a participação feminina é de 36%, e na produção de bens é de 25,6%.

Tabela 2
Distribuição dos Ocupados conforme Sexo - Brasil 2004

	homem		mulher		Total	
	ocupados	%	ocupados	%	ocupados	%
Total	48.097.920	59,3	33.011.557	40,7	81.109.477	100,0
Produção de Bens	25.493.121	74,4	8.771.826	25,6	34.264.947	100,0
Serviços	22.579.063	48,2	24.265.467	51,8	46.844.530	100,0
Turismo	3.713.811	64,0	2.089.018	36,0	5.802.829	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

3.1) Comparação do Setor de Turismo com os Serviços

3.1.1) Perfil etário

A seguir, a tabela 3 apresenta a distribuição das pessoas ocupadas nos diversos setores de serviço conforme a idade. O perfil etário da população empregada no setor de Turismo acompanha o do setor de Serviços como um todo, com a parcela mais expressiva da população ocupada situada na faixa entre 30 e 49 anos.

É útil notar com atenção o caso dos Serviços Sociais e aos Serviços de Utilidade Pública, ocupações nas quais existe um grande peso do Estado como empregador. Estas atividades concentram uma proporção maior de ocupados nas faixas etárias de 30 anos e mais, refletindo a maior estabilidade deste tipo de empregos. No caso dos Serviços Sociais e dos Serviços de Utilidade Pública, 72,5% e 72,7% respectivamente, dos ocupados possuem 30 anos ou mais, enquanto no setor de Turismo, os ocupados com 30 anos ou mais representam 63,7% do total.

Tabela 3
Distribuição das Pessoas Ocupadas nos Diversos Setores dos Serviços conforme Idade - Brasil 2004

Idade	Turismo	Serviços Sociais	Serviços de Utilidade Pública	Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	Serviços Domésticos	Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	Total
menos de 19 anos	9,4	3,8	2,8	6,1	9,8	10,6	11,2	8,3
entre 20 e 29 anos	26,9	23,6	24,6	32,3	26,9	25,4	31,1	27,8
entre 30 e 49 anos	46,1	55,7	56,4	48,4	48,8	49,5	43,6	48,7
mais do que 50 anos	17,6	16,8	16,3	13,2	14,5	14,4	14,1	15,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

3.1.2) Grau de instrução

A tabela 4 apresenta a distribuição dos ocupados conforme o grau de instrução. É possível observar que no setor de Turismo 5,2% dos ocupados são analfabetos, 38,5% não lograram completar o ensino fundamental e 23,1% possuem o ensino médio incompleto, o que totaliza 66,8% dos ocupados com nível de escolaridade inferior ao ensino médio completo. Outro dado importante a registrar é que apenas 4,5% dos ocupados no setor de Turismo

alcançaram o ensino superior completo. Estes dados do setor de Turismo são piores do que os observados para o setor de Serviços como um todo. No setor de Serviços, 4,7% dos ocupados são analfabetos, 30,0% não possuem o ensino fundamental completo e 18,8% iniciaram, mas não completaram o ensino médio. Assim, um total de 53% dos ocupados não completaram seus estudos de nível médio. Ademais, no setor de Serviços, 12,3% dos ocupados possuem o ensino superior completo.

Nos Serviços Sociais encontram-se os ocupados com maior nível de escolaridade. Neste setor, 2,4% dos ocupados são analfabetos, 13,5% não terminaram seus estudos no nível fundamental e 27% dos ocupados tem o ensino médio incompleto, o que perfaz um total de 42,9% dos ocupados que não atingiram o nível de ensino médio completo. Em contrapartida, os Serviços Domésticos registram os piores níveis de educação de seus ocupados. Neste setor, há 10,5% dos ocupados que são analfabetos, 57,4% que não completaram seus estudos no nível fundamental e 20,4% possuem nível de ensino médio incompleto, ou seja, 88,3% dos ocupados não lograram atingir o ensino médio completo.

Tabela 4
Distribuição das Pessoas Ocupadas nos Diversos Setores dos Serviços conforme Grau de Instrução - Brasil 2004

Instrução	Turismo	Serviços Sociais	Serviços de Utilidade Pública	Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	Serviços Domésticos	Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	Total
Analfabeto	5,2	2,4	7,7	2,5	5,2	10,5	4,4	4,7
Fundamental Incompleto	38,5	13,5	30,7	16,6	33,7	57,4	32,4	30,0
Médio Incompleto	23,1	11,1	16,6	15,7	23,7	20,4	21,5	18,3
Superior Incompleto	28,4	44,5	33,5	42,7	30,8	11,1	36,4	34,4
Superior Completo	4,5	28,3	11,5	22,4	6,3	0,1	5,2	12,3
Sem declaração	0,3	0,3	0,1	0,2	0,3	0,5	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

3.2) Perfil Ocupacional e Rendimento dos Trabalhadores do Setor de Turismo e do Setor de Serviços

A tabela 5 apresenta a distribuição das pessoas ocupadas no setor de Serviços segundo a posição na ocupação. Observando o total dos Serviços (última coluna da Tabela 5), verifica-se que menos da metade dos ocupados

encontra-se na categoria dos empregados com carteira (44,2%). Do restante dos ocupados 17,4% são empregados sem carteira, 13,8% ocupam a posição de trabalhadores domésticos e 18,3% ocupam a posição de conta própria. O setor de Turismo (que se assemelha às atividades de Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação) possui apenas 37,3% do total de ocupados na posição de empregados com carteira, sendo que 22,3% deste montante são empregados sem carteira, índices ainda piores do que aqueles observados para o setor de Serviços.

Outro fato digno de nota é que o Turismo, as Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais e o Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação são os setores de serviços que possuem os mais expressivos contingentes de ocupados nas posições de conta própria (29,8%, 42,6% e 31,3%, respectivamente).

Casos muito distintos são aqueles dos Serviços Sociais e Serviços de Utilidade Pública, nos quais o Estado é o maior empregador, com a maioria dos ocupados nas posições de empregados com carteira (74,0% e 85,1%, respectivamente).

Tabela 5
Distribuição das Pessoas Ocupadas nos Diversos Setores dos Serviços conforme Posição na Ocupação - Brasil 2004

Posição na Ocupação	Turismo	Serviços Sociais	Serviços de Utilidade Pública	Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	Serviços Domésticos	Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	Total
Empregado com Carteira	37,3	74,0	85,1	60,1	19,1	0,0	38,9	44,2
Empregado sem Carteira	22,3	20,0	14,1	17,3	31,5	0,0	19,1	17,4
Trabalhador Doméstico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	13,8
Conta Própria	29,8	3,7	0,3	16,5	42,6	0,0	31,3	18,3
Empregador	5,5	1,6	0,4	5,2	3,3	0,0	7,4	4,2
Outros	5,2	0,7		0,9	3,6	0,0	3,3	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A seguir, a tabela 6 apresenta um padrão distinto do observado anteriormente, com resultados da distribuição dos trabalhadores *assalariados* nos diversos setores de serviço, segundo a posse ou não de carteira de trabalho. Em virtude do grande percentual de trabalhadores por conta própria antes apontado, quando se computam apenas os trabalhadores assalariados, é

possível observar que no setor de Turismo há uma formalização mais elevada do que a do setor de Serviços como um todo (62,2% e 56,5% respectivamente). Neste caso, o setor de Turismo se afasta das Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais e dos Serviços Domésticos, que apresentam as mais baixas percentagens de formalização, 36,9% e 25,8%, respectivamente. Os Serviços de Utilidade Pública representam o setor com maior índice de formalização, que é de 82,8%.

Tabela 6
Distribuição dos Trabalhadores Assalariados nos Diversos Setores dos Serviços conforme Posse ou Não de Carteira de Trabalho - Brasil 2004

Formalidade	Turismo	Serviços Sociais	Serviços de Utilidade Pública	Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	Serviços Domésticos	Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	Total
Formal	62,2	59,1	82,8	77,0	36,9	25,8	67,0	56,5
Informal	37,8	40,9	17,2	23,0	63,1	74,1	33,0	43,5
Sem declaração		0,0				0,0		0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Na seqüência, a tabela 7 apresenta as pessoas ocupadas nos diversos setores de serviços conforme a faixa de rendimentos. Nota-se que, com exceção do setor de Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais, todos os demais setores apresentam pouco mais de 50% de seus ocupados na faixa entre 1 e 3 salários mínimos.

Na realidade, a maior disparidade é verificada quando se observam as faixas de maior e menor rendimento. Assim, no setor de Turismo 5,3% dos ocupados não percebem rendimentos, índice maior do que o de todos os outros setores, sendo que a média para o setor de Serviços como um todo é de 2,2%. Por outro lado, 20,9% dos trabalhadores dos Serviços de Utilidade Pública, 21,0% em Serviços Sociais e 23,5% em Serviços Auxiliares à Atividade Econômica recebem mais do que cinco salários mínimos, enquanto no setor de Turismo apenas 9,7% dos ocupados percebem rendimentos superiores a 5 salários mínimos. O setor de atividade que apresenta menor remuneração é de Serviço Doméstico, que concentra 51,6% de seus ocupados com remunerações entre um e três salários mínimos e 46,3% com rendimentos de até um salário mínimo.

Tabela 7

Distribuição das Pessoas Ocupadas nos Diversos Setores dos Serviços conforme Faixas de Rendimentos - Brasil 2004

Rendimento Médio	Turismo	Serviços Sociais	Serviços de Utilidade Pública	Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	Serviços Domésticos	Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	Total
sem rendimento	5,3	0,8		1,0	3,7	0,5	3,3	2,2
até 1 sm	16,0	6,0	4,4	5,2	35,6	46,3	16,9	17,5
de 1 a 3 sm	53,2	53,2	57,0	52,3	42,4	51,6	52,3	52,1
de 3 a 5 sm	13,8	17,4	15,7	15,1	9,6	1,1	13,6	12,8
mais de 5 sm	9,7	21,0	20,9	23,5	7,3	0,2	12,2	13,6
sem declaração	2,0	1,6	2,0	3,0	1,5	0,4	1,7	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

4) Análise do Setor de Turismo no Brasil em 2004

4.1) Perfil Etário e de Escolaridade dos Ocupados no Turismo

O perfil etário dos ocupados no setor de Turismo mostra que a proporção de pessoas abaixo de 15 anos é bastante pequena (1,5%). A grande maioria dos ocupados concentra-se nas idades de 20 a 49 anos (73,0%). Este perfil também é semelhante quando se analisam as diferenças entre os sexos (Tabela 8).

Tabela 8

Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Idade e sexo - Brasil-2004

	Homem	Mulher	Total
10 a 14	1,60	1,20	1,50
15 a 19	8,00	7,80	7,90
20 a 29	26,60	27,50	26,90
30 a 39	23,30	25,10	24,00
40 a 49	21,70	22,80	22,10
50 a 59	12,40	11,40	12,10
60 ou mais	6,40	4,20	5,60
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Com respeito ao grau de instrução é digno de nota a pequena proporção de ocupados com curso superior completo, representando apenas 4,5% dos ocupados. A comparação por sexo revela que as mulheres ocupadas no setor de Turismo têm níveis de instrução mais elevados do que os homens, pois os ocupados com acesso ao curso superior (superior incompleto e completo)

representam 37,2% das mulheres e 30,5% dos homens. Inversamente, encontra-se uma proporção maior de homens nos níveis inferiores de escolaridade³.

Tabela 9
**Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo
conforme Grau de Instrução e Sexo - Brasil-2004**

	Homem	Mulher	Total
Analfabeto	5,1	5,4	5,2
Fundamental Incompleto	40,0	35,9	38,5
Médio Incompleto	24,2	21,2	23,1
Superior Incompleto	26,6	31,5	28,4
Superior Completo	3,9	5,7	4,5
Sem Declaração	0,3	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

4.2) Perfil Ocupacional dos Trabalhadores no Turismo

A tabela a seguir, de número 10, apresenta a distribuição dos ocupados no setor de Turismo segundo o subsetor de atividade e o sexo.

Os principais subsetores de atividade do Turismo, em termos de pessoas ocupadas, são: Alimentação (47,0%); Transporte Terrestre (25,3%) e Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas (16,1%). Juntos, esses três subsetores respondem por 88,4% dos ocupados no setor de Turismo.

Levando em consideração o sexo, observa-se que os mesmos três subsetores respondem pela maioria dos ocupados, entretanto notam-se algumas diferenças importantes. No caso das mulheres, o subsetor de alimentação responde por 64,8% da ocupação feminina, e as atividades recreativas, culturais e desportivas, por 17,4%. O transporte terrestre tem um peso reduzido na ocupação de mulheres, com apenas 5,9%. No caso dos homens, os setores de alimentação e de transporte terrestre têm uma alta participação no total da ocupação masculina, com índices bastante semelhantes (37,1 e 36,2%,

³ Conforme Beltrão e Alves (2004), nos últimos anos e no que se refere à educação superior, a proporção de mulheres de coortes mais jovens que concluem o curso superior é quase duas vezes a do sexo masculino.

respectivamente), enquanto as atividades recreativas respondem por 15,4% da ocupação masculina.

Tabela 10
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Setor de Atividade e Sexo - Brasil-2004

	Homem	Mulher	Total
Alojamento	3,8	7,3	5,1
Alimentação	37,1	64,8	47,0
Transporte Terrestre	36,2	5,9	25,3
Transporte Aquaviário	1,3	0,1	0,9
Transporte Aéreo	1,1	1,1	1,1
Atividades Auxil ao Transporte	3,5	1,2	2,7
Agências de Viagens	1,3	1,9	1,5
Aluguel de Veículos	0,3	0,3	0,3
Ativ Recreativas, Culturais e Despot	15,4	17,4	16,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A tabela 11 que se segue traz informações sobre os ocupados no setor de Turismo segundo a posição na ocupação e o sexo.

Como já apontado anteriormente (tabela 5), no setor de Turismo 59,6% dos ocupados são assalariados, sendo que destes, 37,3% são empregados com carteira e 22,3% sem carteira. Também já foi assinalado o expressivo percentual de trabalhadores por conta própria no setor de Turismo, que respondem por 29,8% do total de ocupados.

Desagregando estes dados por sexo, revela-se que o percentual de trabalhadores assalariados corresponde a situação de 58,8% dos homens e 60,9% das mulheres. Todavia, é digno de nota que no caso do emprego feminino há uma proporção menor de empregados com carteira (34,6% no caso das mulheres e 38,8% no caso dos homens) e maior de empregados sem carteira (26,3% no caso das mulheres e 20,0% no caso dos homens). Por outro lado, a ocupação por conta própria é menos freqüente no caso das mulheres, 24,4%, do que entre os homens, com 32,8% dos ocupados. Já os empregadores respondem por 5,5% das ocupações no Turismo, não havendo grandes diferenças nesta proporção entre homens e mulheres. Finalmente, convém destacar o alto peso (9,4%) de outras posições na ocupação no caso das mulheres.

Tabela 11
**Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme
 Posição na Ocupação e Sexo - Brasil-2004 (em %)**

	Homem	Mulher	Total
Empregado com Carteira	38,8	34,6	37,3
Empregado sem Carteira	20,0	26,3	22,3
Conta Própria	32,8	24,4	29,8
Empregador	5,6	5,3	5,5
Outros	2,8	9,4	5,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A tabela 12 a seguir, apresenta a distribuição dos empregados no Turismo conforme a posse ou não de carteira de trabalho e segundo o sexo do ocupado. Assim, no que se refere ao emprego assalariado (empregado com e sem carteira), verifica-se que do total dos ocupados, sem separação por sexo, 62,2% têm um trabalho formalizado (com carteira assinada) e 34,3% estão na informalidade. Entretanto, essas proporções são bastante diferentes quando se observa a distribuição dos empregados segundo o sexo. Assim, entre as mulheres assalariadas, 56,2% têm um emprego com carteira assinada (formal) e 43,8% não possuem carteira assinada. No caso masculino, 65,7% do emprego assalariado é de trabalhadores com vínculos formais e 34,3% de trabalhadores informais.

Tabela 12
**Distribuição dos Empregados no Turismo conforme Posse ou Não de
 Carteira de Trabalho e Sexo - Brasil-2004 (em %)**

	Homem	Mulher	Total
formal	65,7	56,2	62,2
informal	34,3	43,8	37,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A tabela 13 apresentada a seguir, justamente, apresenta a distribuição dos ocupados assalariados no setor de Turismo segundo o subsetor de atividade e segundo a posse ou não de carteira de trabalho. Nota-se que o transporte aéreo é o setor que apresenta o maior número de empregados assalariados com carteira assinada (92,4%). Alojamento, Transporte Terrestre, Atividades Auxiliares ao Transporte e Aluguel de veículos também apresentam

uma alta formalidade, com 78,2%, 78,1%, 72,8% e 71,6%, respectivamente. O setor que apresenta a menor percentagem de empregados com carteira assinada é o referente às Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas, em que a informalidade atinge 52,4% dos ocupados.

Tabela 13
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Setor de Atividade e Posse ou Não de Carteira de Trabalho (em %) - Brasil-2004

	formal	informal	Total
Alojamento	78,2	21,8	100,0
Alimentação	53,1	46,9	100,0
Transporte Terrestre	78,1	21,9	100,0
Transporte Aquaviário	56,1	43,9	100,0
Transporte Aéreo	92,4	7,6	100,0
Atividades Auxil ao Transporte	72,8	27,2	100,0
Agências de Viagens	58,6	41,4	100,0
Aluguel de Veículos	71,6	28,4	100,0
Ativ Recreativas, Culturais e Despot	47,6	52,4	100,0
Total	62,2	37,8	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

4.3) Rendimento dos Ocupados no Turismo

A tabela 14, abaixo, apresenta os ocupados no setor de Turismo conforme a faixa de rendimentos e o sexo. Como já fora assinalado na tabela 7, a distribuição dos rendimentos na ocupação principal revela que 53,2% dos ocupados no Turismo ganham entre 1 e 3 salários mínimos, 16,0% ganham menos de um salário mínimo e 9,7% auferem mais de 5 salários mínimos. Essa distribuição é bastante diferente quando se comparam os ocupados por sexo. No caso das mulheres 54,6% ganham entre 1 e 3 salários mínimos, 20,4% recebem até 1 salário mínimo e apenas 6,5% recebem mais do que 5 salários mínimos. No caso dos homens, 52,4% recebem entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto 13,6% recebem até 1 salário mínimo e 11,5% recebem mais do que 5 salários mínimos, o que traz a revelação que os rendimentos masculinos no Turismo são superiores aos femininos. Esta inferioridade de rendimentos femininos é, provavelmente, resultado em certa medida, da maior proporção de mulheres sem carteira assinada e da grande presença feminina no subsetor de alimentação, reconhecido por seus baixos salários.

Tabela 14
**Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo
 conforme Faixas de Rendimentos e Sexo - Brasil-2004**

	Homem	Mulher	Total
sem rendimento	2,8	9,7	5,3
até 1 sm	13,6	20,4	16,0
de 1 a 3 sm	52,4	54,6	53,2
de 3 a 5 sm	17,6	7,1	13,8
mais de 5 sm	11,5	6,5	9,7
sem declaração	2,1	1,7	2,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Abaixo, a tabela 15 apresenta os ocupados segundo o cruzamento de faixas de rendimentos e idade. A consideração da idade na análise dos rendimentos é importante, pois esta variável funciona como "proxy" da experiência profissional. De fato, analisando o rendimento das pessoas ocupadas no Turismo conforme idade, verifica-se que existe uma evidente correlação positiva entre idade e rendimentos. Assim, nas faixas etárias superiores, encontra-se uma maior proporção de ocupados em faixas salariais mais elevadas. Contudo, independentemente da idade, como já assinalado acima (vide tabela 7), a maior proporção de ocupados encontra-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Pode-se observar que nas faixas de rendimento acima de 5 salários mínimos, somente se verificam proporções significativas de ocupados nas faixas de idade de 30 a 39 (11,9%), 40 a 49 (13,7%), 50 a 59 anos (14,7%) e 60 anos ou mais (11,0%). Entre os muito jovens (10 a 14 anos), 48,8% não percebem remuneração. Já entre os jovens de 15 a 19 anos, 35,7% auferem rendimentos de até 1 salário mínimo.

Tabela 15
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Rendimento e Idade (em %) - Brasil 2004

	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais	Total
sem rendimento	48,8	16,7	3,5	3,3	3,5	3,9	5,2	5,3
até 1 sm	44,1	35,7	15,3	11,2	12,0	14,0	25,4	16,0
de 1 a 3 sm	7,1	42,8	63,7	56,3	49,3	47,6	42,8	53,2
de 3 a 5 sm	0,0	2,4	10,5	15,3	19,7	18,0	11,0	13,8
mais de 5 sm	0,0	1,2	5,1	11,9	13,7	14,7	11,0	9,7
sem declaração	0,0	1,2	1,9	1,9	1,9	1,8	4,5	2,0
Total	100,0							

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A tabela 16, a seguir, traz um cruzamento das faixas de rendimentos com a escolaridade dos ocupados no setor de Turismo. Observa-se, como era de se esperar, que quanto maior o nível de instrução, maior o salário do trabalhador.

Ao se computar os ocupados que recebem até três salários mínimos, observa-se que estes respondem por 92,2%, 83,0%, 77,5%, 65,6% e 21,3% dos ocupados, respectivamente, nos grupos de analfabetos, com ensino fundamental incompleto, médio incompleto, superior incompleto e superior completo. É digno de nota haver uma clara diferenciação nos rendimentos dos trabalhadores quando estes passam a ter o curso superior completo. Ainda que com este nível de instrução ainda haja proporções significativas de ocupados ganhando menos de três salários mínimos, metade dos ocupados no setor de Turismo com esta escolaridade auferem rendimentos acima de 5 salários.

Tabela 16
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Rendimento e Escolaridade (em %) - Brasil 2004

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Médio Incompleto	Superior Incompleto	Superior Completo	Sem Declaração	Total
sem rendimento	5,7	7,1	5,6	3,3	1,2	5,0	5,3
até 1 sm	38,4	20,4	16,1	8,0	2,2	24,3	16,0
de 1 a 3 sm	48,1	55,5	55,8	54,3	17,9	63,5	53,2
de 3 a 5 sm	4,9	11,1	15,1	16,9	22,6	7,2	13,8
mais de 5 sm	2,4	4,7	6,0	14,6	50,0	0,0	9,7
sem declaração	0,6	1,3	1,4	2,9	6,3	0,0	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A tabela 17, abaixo, faz um cruzamento entre as faixas de rendimentos e os subsetores de atividade do setor de Turismo. O subsetor de alojamento têm 70,5% de seus ocupados ganhando entre 1 e 3 salários mínimos. O subsetor de alimentação é aquele que paga os piores salários, com 54,5% dos ocupados com rendimentos entre 1 e 3 salários mínimos, 21,5% com rendimento de até 1 salário mínimo e 9,5% sem rendimentos. No subsetor de transporte, 50,6% recebem entre 1 e 3 salários mínimos e 25% entre 3 e 5 salários mínimos. No caso das agências de viagens, 24,6% dos ocupados recebem entre 3 e 5 salários mínimos e 24,6% recebem mais de 5 salários. No subsetor de aluguel de veículos, 29,3% dos ocupados auferem rendimentos entre 3 e 5 e 26,5% mais do que 5 salários mínimos. Estes dois últimos subsetores remuneram melhor do que os anteriores. O subsetor de atividades recreativas, culturais e desportivas apresenta uma diversidade de remunerações bastante ampla, acompanhando mais de perto a distribuição de remunerações do setor de Turismo como um todo.

Tabela 17
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Rendimento e Setor de Atividade (em %) - Brasil 2004

	Alojamento	Alimentação	Transporte	Agências de Viagens	Aluguel de Veículos	Ativ Recreativas, Cult	Total
sem rendimento	2,8	9,5	0,9	3,2	0,0	2,4	5,3
até 1 sm	7,5	21,5	8,6	4,4	3,7	17,8	16,0
de 1 a 3 sm	70,5	54,5	50,6	39,0	38,0	50,2	53,2
de 3 a 5 sm	9,9	7,2	25,0	24,6	29,3	12,5	13,8
mais de 5 sm	7,7	5,8	13,0	24,6	26,5	13,9	9,7
sem declaração	1,5	1,5	1,9	4,3	2,5	3,2	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Na seqüência, a tabela 18 compara as faixas de rendimentos com a posição na ocupação. Nota-se que os empregados sem carteira e os conta própria são aqueles com as piores remunerações do setor de Turismo, ainda que entre os conta própria existam proporções significativas de ocupados ganhando de 3 a 5 salários mínimos (14,5%) e mais de 5 salários mínimos (12,0%). No caso dos empregados sem carteira, 90,9% dos ocupados ganham no máximo 3 salários mínimos, enquanto no grupo de ocupados por conta própria, 70,5% estão em idêntica situação. Os empregadores, como já se esperava, são os que recebem melhores remunerações, com 21,8% recebendo entre 3 e 5 salários mínimos e 45,8% recebendo acima de 5 salários. Por último, a grande maioria dos trabalhadores com carteira se encontra na faixa de 1 a 3 salários mínimos (70,1%) e na faixa de 3 a 5 salários (19,2%) .

Tabela 18
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Rendimento e Posição na Ocupação (em %) - Brasil 2004

	Empregado com Carteira	Empregado sem Carteira	Conta Própria	Empregador	Outros	Total
sem rendimento	0,0	0,3	0,2	0,7	100,0	5,3
até 1 sm	0,9	36,4	24,9	3,2	0,0	16,0
de 1 a 3 sm	70,1	54,2	45,4	25,7	0,0	53,2
de 3 a 5 sm	19,2	5,0	14,5	21,8	0,0	13,8
mais de 5 sm	8,4	2,4	12,0	45,8	0,0	9,7
sem declaração	1,4	1,7	3,1	3,0	0,0	2,0
Total	100,0					

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

5) Análise do Setor de Turismo conforme Grandes Regiões: Nordeste, Sudeste e Sul

Neste item procurou-se reconstruir muitas das tabelas e análises organizadas anteriormente, com um novo recorte para as grandes regiões brasileiras. Todavia, pelo fato dos dados serem gerados através da PNAD no nível do setor de turismo e com o recorte das regiões, em virtude de critérios de

significância estatística foram computados tão somente os dados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

5.1) Perfil Etário e de Escolaridade dos Ocupados no Turismo conforme Grandes Regiões

A tabela abaixo traz as informações da distribuição da população ocupada conforme a idade e o sexo em diferentes regiões do Brasil. Como observado anteriormente, o perfil etário dos ocupados no Turismo para o Brasil, mostra que a população ocupada concentra-se nas idades de 20 a 49 anos. Esse mesmo perfil é observado para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul. As idades medianas das regiões e do Brasil encontram-se na faixa etária de 30 a 39 anos. Este perfil também é semelhante quando se analisam as diferenças por sexo. Ademais, observa-se principalmente no Nordeste e no Sul uma população feminina ocupada um pouco mais velha que a masculina das mesmas regiões.

Tabela 19
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Idade e Sexo em Diferentes Regiões do Brasil-2004 (em %)

Idades	Nordeste			Sudeste			Sul			Brasil		
	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total
10 a 14	2,1	1,5	1,9	1,1	0,8	1,0	1,6	0,8	1,3	1,6	1,2	1,5
15 a 19	8,8	7,6	8,4	7,3	7,1	7,2	8,3	9,4	8,7	8,0	7,8	7,9
20 a 29	30,7	27,7	29,7	24,8	29,1	26,3	25,3	23,4	24,5	26,6	27,5	26,9
30 a 39	23,6	27,5	24,9	22,6	24,3	23,2	23,8	22,8	23,4	23,3	25,1	24,0
40 a 49	19,0	20,7	19,6	23,6	23,4	23,5	21,8	24,2	22,7	21,7	22,8	22,1
50 a 59	10,5	10,5	10,5	13,9	10,9	12,8	11,4	16,3	13,4	12,4	11,4	12,1
60 ou mais	5,3	4,6	5,1	6,7	4,5	5,9	7,8	3,2	6,0	6,4	4,2	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Medianas	33,6	34,8	34,0	37,4	35,3	36,7	36,2	37,2	36,6	35,9	35,4	35,7

Com relação ao grau de instrução, notamos, na tabela 20, a pequena proporção de ocupados com curso superior completo e esta proporção é menor na região Nordeste (2,3%) do que no Sudeste (5,6%) e do que no Sul (5,5%), que, por sua vez, apresentam proporções maiores do que o valor do Brasil como um todo (4,5%). Deve-se destacar, no entanto, a elevada proporção de ocupados com fundamental incompleto (mais de um terço) nas três regiões. Além disso, a proporção de pessoas com apenas fundamental incompleto é superior no caso do Nordeste, chegando a 43,5% no caso dos homens e 39,3% no caso das mulheres. Nesse sentido, podemos dizer que esta última região tem ocupados com uma menor escolaridade.

Outro aspecto a destacar é a maior escolaridade das mulheres ocupadas em todas as regiões, manifesta nas menores proporções do que os homens de trabalhadores com fundamental e médio incompleto e conseqüentemente, nas maiores proporções de ocupados com ensino superior incompleto e completo.

Tabela 20
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Grau de Instrução e Sexo em Diferentes Regiões do Brasil-2004 (em %)

	Nordeste			Sudeste			Sul			Brasil		
	homem	mulher	Total									
Analfabeto	9,1	10,7	9,6	3,0	3,8	3,3	3,3	2,7	3,0	5,1	5,4	5,2
Fundamental Incompleto	43,5	39,3	42,1	38,3	32,4	36,2	37,3	36,6	37,0	40,0	35,9	38,5
Médio Incompleto	23,3	17,3	21,3	25,1	22,7	24,2	24,9	22,1	23,8	24,2	21,2	23,1
Superior Incompleto	22,0	28,9	24,2	28,2	34,2	30,4	29,3	31,8	30,3	26,6	31,5	28,4
Superior Completo	1,7	3,6	2,3	5,1	6,7	5,6	4,9	6,4	5,5	3,9	5,7	4,5
Sem Declaração	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
Total	100,0											

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

5.2) Perfil Ocupacional dos Trabalhadores no Turismo conforme Grandes Regiões

Analisando os trabalhadores ocupados no setor de Turismo de acordo com os subsetores de atividade, notamos que em todas as regiões há um predomínio de ocupados nas atividades de alimentação, transporte terrestre e atividades recreativas, culturais e desportivas, como pode ser visto na Tabela 21. No Sudeste e no Sul isto também acontece, porém nas atividades auxiliares ao transporte e no subsetor de agências de viagem, por exemplo, há uma proporção de ocupados um pouco mais significativa do que no Nordeste. No caso dos ocupados por sexo, nota-se que as mulheres se concentram mais no setor de alimentação, e, novamente, no Nordeste esta proporção é maior do que nas outras duas regiões e do que no Brasil como um todo.

Tabela 21
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Setor de Atividade e Sexo em Diferentes Regiões do Brasil - 2004 (em %)

	Nordeste			Sudeste			Sul			Brasil		
	homem	mulher	Total									
Alojamento	3,8	7,2	4,9	3,5	6,4	4,6	3,9	8,9	5,9	3,8	7,3	5,1
Alimentação	35,0	71,8	47,1	38,3	60,6	46,3	35,6	62,1	46,1	37,1	64,8	47,0
Transporte Terrestre	41,8	3,1	29,0	35,1	8,2	25,5	33,5	4,3	21,9	36,2	5,9	25,3
Transporte Aquaviário	1,1	0,0	0,7	0,6	0,1	0,5	0,8	0,3	0,6	1,3	0,1	0,9
Transporte Aéreo	0,2	0,4	0,3	1,4	1,7	1,5	1,2	0,5	0,9	1,1	1,1	1,1
Atividades Auxil ao Transporte	2,0	0,6	1,5	4,3	1,3	3,3	5,3	2,1	4,0	3,5	1,2	2,7
Agências de Viagens	0,6	1,1	0,8	1,4	1,8	1,5	1,8	2,8	2,2	1,3	1,9	1,5
Aluguel de Veículos	0,2	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Ativ Recreativas, Culturais e Desport	15,4	15,2	15,4	15,1	19,6	16,7	17,5	18,8	18,1	15,4	17,4	16,1
Total	100,0											

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A seguir, a tabela 22 mostra a distribuição dos ocupados conforme posição na ocupação e grandes regiões. Nota-se que a proporção de ocupados com carteira de trabalho assinada pelo empregador é maior no Sudeste (42,6%)

e no Sul (46,5%), comparado com o Nordeste (25,1%), e mesmo com o Brasil como um todo (37,3%). Em todos os casos, há mais homens do que mulheres com carteira assinada. Os empregados sem carteira são 26,4% dos ocupados no Nordeste (superando o percentual de assalariados com carteira), 20,4% no Sudeste e 19,8% no Sul. Outro resultado interessante é que no Nordeste, 37,1% dos ocupados são trabalhadores por conta própria, sendo que no Sudeste estes trabalhadores representam 27,4% dos ocupados, no Sul 23,1% e no Brasil 29,8%.

Nas posições de empregados com carteira, empregadores e conta própria, a proporção de homens é superior à de mulheres para todas as regiões destacadas e também para o Brasil. Os casos em que a percentagem de mulheres ocupadas supera a do emprego masculino ocorrem nos empregos sem carteira assinada e em outras ocupações.

Assim, pode-se concluir que proporções significativas de ocupados no setor Turismo não possuem carteira assinada e isto é mais significativo considerando o recorte de gênero, entre as mulheres, e considerando o recorte regional, no Nordeste. O trabalho por conta-própria também é uma característica do setor de Turismo. Quanto aos empregadores eles são mais comuns na região Sul com a ausência de diferenças nas proporções entre homens e mulheres.

Tabela 22
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Posição na Ocupação e Sexo em Diferentes Regiões do Brasil - 2004 (em %)

	Nordeste			Sudeste			Sul			Brasil		
	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total
Empregado com Carteira	26,7	22,0	25,1	44,7	39,0	42,6	47,0	45,7	46,5	38,8	34,6	37,3
Empregado sem Carteira	24,7	29,8	26,4	17,3	26,1	20,4	18,0	21,9	19,6	20,0	26,3	22,3
Conta Própria	40,7	29,9	37,1	29,9	22,9	27,4	26,5	17,8	23,1	32,8	24,4	29,8
Empregador	4,1	4,8	4,3	6,0	5,0	5,7	6,6	6,9	6,8	5,6	5,3	5,5
Outros	3,8	13,4	7,0	2,1	7,0	3,9	1,8	7,7	4,1	2,8	9,4	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A tabela seguinte, de número 23, apresenta os empregados assalariados de acordo com a formalidade e informalidade (empregado com e sem carteira) por região. Nota-se que no Brasil, no Sudeste e no Sul a formalidade é maior do que a informalidade, porém este padrão se inverte na região Nordeste. O Sul é a região com maior participação dos trabalhadores na formalidade, sendo que representam quase 70% dos ocupados da região.

Tabela 23
Distribuição dos Empregados no Turismo conforme Posse ou Não de Carteira de Trabalho e Sexo
em Diferentes Regiões do Brasil-2004 (em %)

	Nordeste			Sudeste			Sul			Brasil		
	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total
formal	51,4	41,5	48,1	71,9	59,5	67,4	71,8	67,0	69,9	65,7	56,2	62,2
informal	48,6	58,5	51,9	28,1	40,5	32,6	28,2	33,0	30,1	34,3	43,8	37,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

A Tabela 24 permite um refinamento da análise anterior, com a distribuição dos empregados no setor de Turismo segundo a formalidade ou não de suas relações de trabalho, com a desagregação por subsetores de atividade do Turismo.

Na comparação com o Brasil, o Nordeste tem uma informalidade menor no setor de alimentação (47,3% contra 49,9% do total dos trabalhadores informais), porém esta é superior no transporte terrestre (16,9% contra 15,4%) e nas atividades recreativas, culturais e desportivas (27,9% contra 24,1%). No Sudeste e no Sul, a informalidade no setor de alimentação é maior do que no Nordeste (51,6% e 49,5% respectivamente). Nas atividades recreativas, culturais e desportivas, além do Nordeste, o Sul também apresenta um grau de informalidade maior que a média do Brasil. E, no transporte terrestre somente a região Sul apresenta menor informalidade que a média do Brasil.

Tabela 24
Distribuição dos Trabalhadores Assalariados no Turismo conforme
Setor de Atividade e Posse ou Não de Carteira de Trabalho em Diferentes Regiões - Brasil-2004 (em %)

	Nordeste			Sudeste			Sul			Brasil		
	formal	informal	Total	formal	informal	Total	formal	informal	Total	formal	informal	Total
Alojamento	13,1	4,8	8,8	7,9	3,2	6,4	10,1	3,9	8,3	9,6	4,4	7,6
Alimentação	29,9	47,3	38,9	35,7	51,6	40,9	35,6	49,5	39,8	34,3	49,9	40,2
Transporte Terrestre	37,1	16,9	26,6	32,6	17,0	27,5	31,9	8,2	24,8	33,3	15,4	26,5
Transporte Aquaviário	1,8	0,9	1,3	0,6	0,8	0,7	1,0	0,4	0,8	1,1	1,5	1,3
Transporte Aéreo	0,9	0,1	0,5	3,2	0,3	2,2	1,8	0,1	1,3	2,7	0,4	1,8
Atividades Auxil ao Transporte	3,2	1,2	2,2	4,2	3,0	3,8	5,1	4,1	4,8	3,9	2,4	3,3
Agências de Viagens	0,9	0,7	0,8	1,5	2,3	1,7	1,7	1,8	1,8	1,6	1,8	1,7
Aluguel de Veículos	0,4	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3
Ativ Recreativas, Culturais e Despo	12,7	27,9	20,6	14,1	21,7	16,6	12,5	31,6	18,2	13,3	24,1	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

5.3) Rendimento dos Ocupados no Turismo conforme Grandes Regiões

A Tabela 25 mostra os ocupados no Turismo conforme faixas de rendimento e sexo por região.

Em primeiro lugar, pode-se fazer uma leitura dos dados do total dos ocupados por faixa de rendimento e região. Assim, é possível observar que o Nordeste concentra um maior contingente de seus ocupados em faixas de

baixos salários vis-à-vis as regiões Sudeste e Sul. Enquanto no Nordeste 7,2% dos ocupados no setor de Turismo não auferem rendimentos, no Sudeste e no Sul estes trabalhadores sem rendimentos são 4,1% do total. Neste mesmo sentido, 31,3% dos ocupados nordestinos recebem até um salário mínimo, enquanto nesta faixa de renda contam-se 10,0% e 12,2% do total dos ocupados, respectivamente nas regiões Sudeste e Sul. Já nos estratos de renda seguintes o padrão se reverte. Os ocupados que ganham entre 1 e 3 salários mínimos são 48,3% no Nordeste, 53,8% no Sudeste e 56,5% no Sul. Na faixa entre 3 e 5 salários mínimos, contam-se com apenas 8,1% dos ocupados no Nordeste, enquanto no Sudeste e Sul aparecem, respectivamente, 16,2% e 16,4%. Finalmente, apenas 4,1% dos ocupados no Nordeste ganham mais do que 5 salários mínimos, sendo que no Sudeste e Sul estes são 12,8% e 10,1%.

Em segundo lugar, é possível fazer uma outra leitura levando em conta a diferença entre gêneros. No caso do Nordeste, 13,7% das mulheres ocupadas não auferem rendimentos, enquanto que entre os homens esta cifra é de 4%. Entre as mulheres, 38,4% recebem até 1 salário mínimo; no caso dos homens, 27,6% estão nesta faixa salarial. Já na faixa entre 1 e 3 salários mínimos contam-se 40,5% das mulheres e 52,3% dos homens. Nas mais altas faixas salariais, entre 3 e 5 salários e com mais de 5 salários mínimos, contam-se, respectivamente, 3,8% e 2,8% das mulheres e 10,2% e 4,7% dos homens. Para as regiões Sudeste e Sul, as mulheres aparecem com maiores percentagens que os homens nas faixas sem rendimento, até 1 salário e entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto as percentagens de homens em relação ao total do emprego masculino superam as percentagens observadas para as mulheres nas faixas de 3 a 5 e mais do que 5 salários mínimos. Portanto, a despeito das diferenças observadas, um mesmo padrão se observa: as mulheres recebem sistematicamente menores salários do que os homens.

Tabela 25
Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo
conforme Faixas de Rendimentos e Sexo em Diferentes Regiões - Brasil-2004 (em %)

	Nordeste			Sudeste			Sul			Brasil		
	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total
sem rendimento	4,0	13,7	7,2	2,2	7,5	4,1	1,8	8	4,1	2,8	9,7	5,3
até 1 sm	27,6	38,4	31,2	7,3	14,7	10,0	11,2	13,7	12,2	13,6	45,7	57,9
de 1 a 3 sm	52,3	40,5	48,3	51,3	58,2	53,8	51,7	63,6	56,5	0,3	32,3	15,5
de 3 a 5 sm	10,2	3,8	8,1	20,5	8,4	16,2	22,2	7,6	16,4	0,1	8,2	4,8
mais de 5 sm	4,7	2,8	4,1	15,3	8,5	12,8	12,4	6,4	10,1	0,0	5,4	3,4
sem declaração	1,2	0,8	1,1	3,4	2,7	3,1	0,7	0,7	0,7	2,1	1,7	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	18,9	103,0	88,9

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

6) Caracterização dos possíveis impactos sociais do setor de Turismo no Brasil.

6.1) Geração de empregos diretos e indiretos

De maneira geral, nos trabalhos analisados e nos discursos dos principais agentes do Turismo, é sempre celebrada e destacada a capacidade de geração de ocupações que possui esse setor, ainda que, reconhecidamente, as informações disponíveis sobre o tema no país sejam relativamente recentes e bastante restritas.

Ao longo dos anos noventa, quando se dá início a uma forte expansão da atividade no Brasil, o clima de otimismo em relação ao grande potencial de absorção de mão-de-obra no turismo era então sustentado por estimativas bastante favoráveis sobre este aspecto, a exemplo daquelas apresentadas pela Embratur, na quais se apontava, já em 1995, a presença de 5,8 milhões de postos de trabalho na atividade, o equivalente a 7,83% da população economicamente ativa (FADE/Embratur, 1998), ou ainda, como no caso das estimativas da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH, segundo a qual, em 1998, os 10 mil meios de hospedagem existentes no território nacional eram responsáveis pela geração de 720 mil empregos, dos quais 180 mil seriam diretos (Brasil, 2003).

As comparações com outros setores da atividade econômica, por sua vez, também se mostravam bastante favoráveis ao turismo, destacando-o como uma atividade extremamente promissora e desejável no plano social, pela capacidade de amortecer parte do desemprego elevado. Saab, por exemplo, ressaltava o "(...) fato de que, para cada US\$ 15 mil gastos, em média, no setor de

turismo, observa-se a geração de um novo emprego, indicando, portanto, uma relação capital-trabalho bastante inferior à observada para o setor industrial” (1999:307).

Entretanto, nos anos mais recentes, tem-se conseguido alimentar uma perspectiva um pouco mais sóbria sobre o tema, uma vez que as dificuldades de mensuração dos impactos do turismo no emprego, evidentes já aquela época, levam os especialistas internacionais a considerar ainda hoje esse aspecto como o mais nebuloso dentro da elaboração de estimativas para o setor (EMPREGO é o item mais sensível da Conta Satélite de Turismo, 2006).

Na tabela 26, a seguir, buscamos uma primeira aproximação com relação à evolução do número global de ocupações diretas do turismo no Brasil e sua comparação com a População Economicamente Ativa - PEA. O intuito aqui foi apenas delinear a tendência mais geral de crescimento das ocupações no setor, levando-se em conta que as metodologias utilizadas na definição das atividades de turismo são distintas nos dois anos destacados⁴ e que a produção em algumas das atividades selecionadas extrapola aquela referente ao consumo turístico, isto é, os dados representam o número total de ocupados nas atividades características e conexas do turismo⁵, sem precisar, no entanto, a participação exata do turismo na utilização de tais serviços.

⁴ Como já indicado, em 2003 há alterações na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE que resultam na inviabilidade da comparação estrita dos ramos entre os dois anos. Por isso, optou-se por manter a nomenclatura das atividades tal como encontrada. No anexo II está a classificação utilizada em 1999, produzida pelo Instituto de Hospitalidade - IH (Carvalho, 2002).

⁵ São entendidas como *características* as atividades produtoras de bens e serviços destinados e consumidos ampla e principalmente pelos turistas e *conexas*, aquelas atividades cuja oferta é utilizada e consumida tanto pelos visitantes como pela população local (WTO, 2003).

Tabela 26 - Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) e do Número de Ocupados no Setor de Turismo no Brasil - 1999/2004.

1999			
Condição de Atividade	Total	(%)	Crescimento 1999/2004 (%)
Economicamente ativas	79.315.287	100,0	-
Ocupadas	71.676.219	90,4	-
Desocupadas	7.639.068	10,7	-
Ramo de Atividade	Total	Ocupados (%)	-
Hotéis e Pousadas	264.443	0,4	-
Bar e Restaurante	2.335.736	3,3	-
Lazer e Entretenimento	317.474	0,4	-
Agência Viagem e Empresas de Turismo	114.543	0,2	-
Setor de Transporte	1.369.962	1,9	-
Turismo	4.402.158	6,1	-
2004			
Condição de Atividade	Total	(%)	Crescimento 1999/2004 (%)
Economicamente ativas	92.860.128	100,0	17,1
Ocupadas	84.596.294	91,1	18,0
Desocupadas	13.544.841	16,0	77,3
Ramo de Atividade	Total	Ocupados (%)	-
Alojamento	294.083	0,3	11,4
Alimentação	2.728.976	3,2	16,8
Ativ. Recreativas, Culturais e Desportivas	934.369	1,1	194,8
Agências de Viagem e Aluguéis de Veículos	103.097	0,1	(10,4)
Transportes e Ativ. Auxiliares	1.742.304	2,1	27,2
Turismo	5.802.829	6,9	42,1

Fontes: PNAD, 1999, *apud* Carvalho (2002); PNAD, 2004.

Pelas informações apresentadas é possível notar, grosso modo, um aumento significativo do número de ocupados no setor de Turismo, bastante acima da ampliação da PEA neste período. Ou seja, mesmo amenizando-se a influência do crescimento das atividades recreativas e de lazer, que tem o seu aumento muito mais explicado pelas mudanças de metodologia entre as pesquisas, a elevação dos ocupados em Turismo é mais rápida do que a da PEA, em particular, pelo bom desempenho do subsetor de transportes.

Por um lado, isso nos permite afirmar a importância do Turismo na geração de empregos no Brasil e confirmar que a trajetória de crescimento da

atividade têm sido positiva sob esse ponto de vista. No entanto, observando-se a evolução diversa dos subsetores de atividade selecionados, também se percebe que são um tanto quanto exageradas boa parte das proposições a respeito da capacidade de absorção de mão-de-obra pelo Turismo, pois a participação relativa do subsetor de hospedagem e de alimentação na PEA se reduz entre 1999 e 2004, ao mesmo tempo em que ainda há uma queda, em termos relativos e absolutos, do número de ocupados no subsetor de agência de viagens.

Na tentativa de alcançar uma estimativa um pouco mais apurada do volume de ocupações no Turismo brasileiro, apresentamos abaixo os dados da Conta Satélite do Turismo (Embratur, 2002), que, a despeito da suas limitações, representa uma iniciativa muito importante. Na tabela 27, temos as estimativas, algo subestimadas, dos ocupados nas atividades que compõem o setor de Turismo no Brasil e a participação prevista do pessoal ocupado em tais atividades que atenderiam exclusivamente aos turistas, para o ano de 1999.

Tabela 27 - Número de Total de Ocupados em Atividades de Turismo e Segundo o Consumo Turístico - Brasil, 1999.

Pessoal Ocupado em Atividades de Turismo - 1999			
Ramos de Atividade	Total do Ramo	Parte do Turismo*	Participação (%)
Alojamento	271.097	271.097	100,00
Serviços de Alimentação	2.576.454	1.013.358	39,33
Serviços de Transporte Terrestre	600.234	212.778	35,45
Serviços de Transporte Aquaviário	7.361	918	12,47
Serviços de Transporte Aéreo	42.498	35.698	84,00
Serviços de Apoio ao Transporte	59.401	30.889	52,00
Agências de Viagens, operadores e guias turísticos	14.718	14.718	100,00
Aluguel de Veículos	9.121	9.121	100,00
Serviços Culturais, de Recreação e de Lazer.	87.609	39.467	45,05
Total	3.668.493	1.628.044	44,38

Fonte: Embratur, 2002.

Nota: (*) Obtido pelo rateio do pessoal ocupado em cada setor de atividade do Turismo, na mesma proporção em que o valor produção do mesmo setor é destinado ao consumo turístico.

Estipuladas a partir de trabalhos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tais como as Contas Nacionais, a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) e a PAS (Pesquisa Anual de Serviços), as informações da tabela, na realidade, representam uma parcela das atividades turísticas um pouco inferior daquela de fato existente no país, na medida em que estão ancoradas nos dados do setor formal da economia que é, em certas atividades, relativamente reduzido frente à atividade informal (como nas atividades culturais e de lazer), ou mesmo, porque se encontram fora dos subsetores turísticos selecionados, como no caso dos diversos tipos de comércio ambulante que estão intimamente ligados ao Turismo.

Com base na tabela, é interessante apontar a drástica redução do número de ocupados no setor, que passa a apenas 44,3% do volume inicial quando se adota a metodologia da Conta Satélite de Turismo. Nesse âmbito, os serviços de transportes aquaviários são aqueles sofrem a contração mais expressiva, com a parcela dos ocupados realmente ligados ao Turismo significando apenas 12,4% do total, seguidos logo após, em termos de menores percentuais efetivos, pelos serviços de transporte terrestre e pelo subsetor de alimentação, representando agora, em cada caso, somente 35,4% e 39,3% do volume original, respectivamente.

Dentro desse quadro, se por um lado, como pudemos acompanhar até o momento, já são bastante limitados os dados em relação às ocupações diretas existentes no Turismo brasileiro, por outro, no que diz respeito a aspectos tais como o número de empregos indiretos gerados no setor ou à capacidade de criação de postos de trabalho em subsetores de atividade específicos, torna-se ainda mais restrita a quantidade de informações disponíveis.

Representando um dos poucos trabalhos dedicados a estas questões, pontuamos aqui alguns dos resultados da investigação desenvolvida por Casimiro Filho (2002). Ao elaborar uma matriz de insumo-produto para o país, o autor estimava a criação de 768 empregos diretos e de 288 empregos indiretos se caso fossem investidos R\$ 1 milhão na demanda final de cada subsetor de

atividade do setor do Turismo, dada a estrutura da economia brasileira no ano de 1999. Além disso, dentre as várias atividades turísticas, destacava, por grau de importância na geração total de empregos, o subsetor de estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário (pela hipótese acima, responsável pela geração de 101 empregos diretos e 36 indiretos); o subsetor de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação (97 empregos diretos e 36 indiretos); as atividades auxiliares aos transportes aéreos (113 empregos diretos e 20 indiretos); as atividades recreativas, culturais e desportivas (80 empregos diretos e 15 empregos indiretos); e os transportes rodoviários regulares de passageiros (72 e 15 empregos diretos e indiretos, respectivamente).

Outra pequena exceção também pode ser apontada a respeito dos parques de diversão temáticos do país, ainda que as informações reveladas encontrem-se hoje defasadas. Em relação ao ano de 1997, o principal estudo disponível considerava esse segmento de atividade bastante intensivo em mão-de-obra, pois apresentava uma média nacional de 199 empregados por parque e uma relação, em média, de 0,02 empregados por visitante, embora houvesse grandes variações entre os tipos empreendimentos em operação (FADE/Embratur, 1998). Não é demais lembrar que o desempenho dos parques temáticos no Brasil foi bastante atribulado durante o final da década de noventa e, certamente, temos uma situação bastante distinta nos dias de hoje quanto ao número de empregos gerados nesse segmento.

Por último, talvez seja importante destacar, dentre as várias modalidades da atividade, o turismo rural como um setor relevante no que diz respeito à geração de emprego. Mesmo na ausência de dados e de definições mais precisas sobre a atividade, a Associação Brasileira de Turismo Rural – Abratur apontava que 97% dos ocupados nessa atividade se constituía de moradores locais e que 28% dessa força de trabalho era composta de familiares, indicando-nos o potencial do turismo rural como alternativa de desenvolvimento local, com a fixação da população no campo e a manutenção da produção rural em pequenas e médias propriedades (Luchiari e Cerrano, 2002).

Podemos assim identificar, no contexto atual de produção estatística e bibliográfica sobre essa temática, dois posicionamentos necessários. O primeiro deles seria a adoção de uma atitude de cautela em qualquer colocação sobre o número de pessoas e o potencial de absorção de trabalhadores nas atividades de Turismo no país, e o segundo, do mesmo modo importante, que seria levar adiante a proposta de realização de levantamentos regulares e constantemente aprimorados a respeito dos impactos do Turismo sobre o emprego.

6.2) *Efeitos sobre atração de mão de obra de outras regiões*

Ao longo de toda a história nacional, nos períodos de crescimento da atividade produtiva, os principais pólos de dinamismo econômico sempre receberam enormes contingentes populacionais vindos de outras regiões, sobretudo, de cidades e povoamentos rurais muito pobres. Como problemas de fundo desse processo, que é recorrente, podem ser apontadas as situações de vida precárias, a perda das condições de trabalho e a falta de perspectivas nos locais de origem da população migrante, ao que se soma sempre a esperança e a possibilidade de se encontrarem melhores oportunidades de trabalho, renda, moradia, lazer e saúde nas cidades de destino.

Neste sentido, nos últimos anos o crescimento do Turismo no país, frente ao cenário de desocupação elevada e de crise de diversos setores produtivos, também tem produzido efeitos significativos de atração de trabalhadores para as localidades turísticas, particularmente na região Nordeste. Por exemplo, numa análise sobre o principal carnaval da Bahia, que há tempos detém uma forte conotação turística, Oliveira e Oliveira afirmam que, uma vez percebendo-se *“(...) que o agravamento da crise social e o crescimento do desemprego têm aumentado em muito a importância da opção da informalidade para a sobrevivência de muitos brasileiros, torna-se evidente que a oportunidade representada pelo carnaval de Salvador atrai pessoas tanto do entorno quanto de lugares mais distantes, como as periferias das cidades mais próximas da capital”* (2006:22).

No entanto, e em menor escala, também é possível identificar duas outras formas de atração de trabalhadores pelo Turismo, um tanto quanto

características. A primeira delas refere-se ao próprio processo de desenvolvimento de algumas localidades turísticas que ao proporcionar novas alternativas de inserção econômica e um padrão de vida em certo sentido muitas vezes superior a dos grandes e conturbados centros urbanos têm impulsionado a imigração de indivíduos (inclusive estrangeiros) com um perfil ocupacional e de renda relativamente altos, em busca, justamente, de mais “qualidade de vida” (Silva e Gomes, 2006; Coriolano, 2000). E a última forma, que é aquela que se dá quando há uma incompatibilidade entre os níveis de qualificação profissional requeridos pelos estabelecimentos turísticos e aqueles encontrados entre os moradores do local onde se instalam os novos negócios (Couto, 2003; Lage e Milone, 1998).

Embora de modo indireto, buscou-se inferir os efeitos do Turismo na atração de trabalhadores, a partir dos dados do Censo de 1991 e 2000 (IBGE, 2001). Deste modo, a tabela abaixo nos indica a evolução demográfica de algumas das localidades turísticas⁶ mais importantes do Brasil ou que tiveram uma grande expansão nos últimos anos⁷.

Tabela 28 - População e Crescimento Demográfico de Municípios Turísticos Selecionados - Brasil, 1991/2000.

UF	Município	População		Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%) 1991/2000
		1991	2000	
BA	Santa Cruz Cabrália	6.535	23.888	15,65
BA	Porto Seguro	34.661	95.721	12,07
SP	Bertioga	11.471	30.039	11,40
GO	Rio Quente	837	2.097	10,85
SP	Ilha Comprida	2.756	6.704	10,48
SC	Itapoá	4.007	8.839	9,28
GO	Caldas Novas	24.159	49.660	8,42

⁶ Por localidade turística entendemos áreas ou cidades nas quais o turismo se apresenta bastante desenvolvido ou que desempenha um papel relevante na comunidade, o que não exclui a existência e/ou a preponderância de outras atividades econômicas no local.

⁷ A seleção dessas cidades foi realizada com base nos diversos estudos analisados na pesquisa e a partir do ranking de destinos turísticos brasileiros organizados pela Embratur (2003).

CE	Jijoca de Jericoacoara	5.906	12.089	8,37
RJ	Rio das Ostras	18.223	36.419	8,07
SC	Balneário Camboriú	40.308	73.455	6,96
RJ	Armação dos Búzios	10.532	18.204	6,33
SP	São Sebastião	33.890	58.038	6,22
RJ	Cabo Frio	74.383	126.828	6,17
ES	Guarapari	61.719	88.400	4,11
AM	Manaus	1.011.501	1.403.796	3,74
PR	Foz do Iguaçu	190.123	258.543	3,51
SC	Florianópolis	255.390	342.315	3,34
RN	Extremoz	14.941	19.572	3,07
PE	Ipojuca	45.424	59.231	3,02
DF	Brasília	1.601.094	2.043.169	2,77
CE	Fortaleza	1.768.637	2.138.234	2,15
PR	Curitiba	1.315.035	1.586.848	2,13
BA	Salvador	2.075.273	2.440.828	1,84
CE	Aracati	51.058	61.187	2,05
RN	Natal	606.887	709.536	1,76
PE	Recife	1.298.229	1.421.993	1,03
RS	Porto Alegre	1.251.885	1.360.033	0,93
SP	São Paulo	9.646.185	10.405.867	0,85
RJ	Rio de Janeiro	5.480.768	5.851.914	0,74

Fonte: IBGE, 2001.

Nota: Para o país, a taxa média de crescimento foi de 1,64% a.a. e para o Nordeste de 1,31% a.a.

Encabeçando a lista das cidades aqui selecionadas estão Santa Cruz de Cabralia e Porto Seguro, municípios que também se encontram entre aqueles de maior taxa de crescimento populacional do país na última década. Tratam-se, na realidade, de dois casos paradigmáticos em relação aos efeitos sociais de atração de mão-de-obra pelo Turismo que pretendemos abordar. Muito embora destinos tais como São Paulo e Rio de Janeiro concentrem a maior parte dos fluxos e dos equipamentos turísticos do país, são nos destinos menores, menos urbanizados e mais dependentes economicamente da atividade turística que os efeitos da migração se fazem sentir de modo mais intenso.

Município vizinho de Santa Cruz de Cabralia, Porto Seguro está tombado como Patrimônio Histórico Nacional desde 1973 e foi alçado à condição de Patrimônio Natural Mundial, pela Unesco, em 2000 (Silva e

Fernandes, 2006). Nos dois locais, a aposta no desenvolvimento do Turismo ganha fôlego ao longo dos anos noventa quando são realizados grandes investimentos públicos e privados em infra-estrutura básica e de turismo, sobretudo, por meio do Prodetur, o Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste⁸. Um dos expressivos resultados desta política foi a ampliação da oferta hoteleira nesta área, conhecida como Costa do Descobrimento, que possuía 492 meios de hospedagem e 7.867 unidades habitacionais (UH) em 1995, e passa a ter 517 MH's e 9.874 UH's em 1998 (BAHIATURSA *apud* Simões, 2002).

No entanto, com uma aguda seca atingindo o interior do Estado baiano e a crise da lavoura cacaueteira, na qual foram perdidos cerca de 200.000 postos de trabalho naquela região, houve um brutal aumento do fluxo populacional para a Costa do Descobrimento, para além do forte crescimento do número de turistas. Com um histórico déficit habitacional e sem nenhuma lei de uso e ocupação do solo, o quadro social de Porto Seguro torna-se assim alarmante.

Sobre a migração de inúmeras famílias de lavradores e o turismo, Silva e Fernandes relatam: *“(...) Atraídos pela possibilidade de sobrevivência com os empregos, subempregos, e outras ocupações informais geradas pela atividade turística, os novos moradores amontoam-se em favelas. O bairro ‘O Baianão’, por exemplo, é uma favela de Porto Seguro que abriga mais de 20.000 pessoas que, em sua maioria, vive de atividades ligadas ao turismo. Sua localização estratégica – de outro lado da rodovia – evita a exposição direta do problema para os visitantes. A tensão social vivida na periferia de Porto Seguro gera questionamentos sobre quem são os beneficiados com a política de incentivo ao turismo, assim como também coloca em questão a necessidade de uma avaliação mais criteriosa dos impactos ambientais, culturais e sociais”* (2006).

⁸ Em obras como a ampliação do aeroporto de Porto Seguro, a construção de trechos de rodovias e a criação de um sistema de tratamento de água e de esgoto, foram investidos através da parceria entre o governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 73.564 milhões nas cidades de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte. Além disso, foram tomadas ações no sentido de desenvolver o marketing turístico e a preservação ambiental, com a criação de três áreas de proteção ambiental (APA): Coroa Vermelha, Santo Antônio e Caraíva/Trancoso (Silva e Fernandes, 2006).

Registros de processos migratórios com dimensões e características semelhantes também podem ser encontrados na bibliografia, a respeito de locais como a Costa do Sauípe (Mata de São João/BA), Porto de Galinhas (Ipojuca/PE) e Canoa Quebrada (Aracati/CE) ou ainda, sobre o litoral de São Paulo (sobretudo norte) e de Santa Catarina, áreas que, haja visto as informações do IBGE, também apresentaram uma progressão populacional bastante acelerada (Fontes e Lage, 2003; Luchiari, 1999; Cruz, 2002; Caracristi, 1994; Arruda, 2002). Ora, com maior ou menor intensidade, o saldo dessas situações nas diferentes regiões não tem sido outro senão a ausência de controle sobre os novos assentamentos, a favelização das moradias, a invasão de terrenos inadequados para urbanização, o aumento da poluição através da produção de lixo e esgoto não tratado, o crescimento exagerado do comércio informal, a sobrecarga da infra-estrutura disponível, a superlotação das áreas de lazer e praias, além de outras formas de desestruturação social da comunidade local (Silva e Fernandes, 2006).

Quanto ao processo de atração de trabalhadores qualificados, por demanda das empresas ou pela busca de melhor qualidade de vida e aproveitamento das oportunidades trazidas pelo crescimento do Turismo, é preciso observar que, apesar dos efeitos positivos imediatos sobre a economia e sobre a oferta de trabalho local, tal movimento pode representar o fechamento das oportunidades de inserção da mão-de-obra nativa, agravando os impactos negativos do desenvolvimento da atividade turística⁹. A opção pela qualificação dos trabalhadores locais, em geral preterida pelos empregadores, sem dúvida alguma seria a mais adequada do ponto de vista social.

6.3) *Efeitos sobre qualificação da mão de obra local e/ou atraída de outras regiões*

Em qualquer atividade econômica e, particularmente, no setor de serviços, a capacitação profissional é um assunto muito discutido, seja por empresários, empregados, governos ou pesquisadores, denotando que se trata de um tema bastante complexo e que ainda aguarda

⁹ Sobre Jericoacoara, vilarejo de Jijoca (CE), Coriolano coloca: “A presença do migrante é muito marcante, quase se equiparando em quantidade aos nativos, chegando haver rivalidades entre estes dois grupos, disputa pelo poder, conflitos e choques. Os migrantes levam vantagem pelo fato de possuírem maiores informações, mais capital e domínio das técnicas modernas” (2000:55).

melhores soluções. Mas, a respeito do Turismo, além de aguda, tal questão ganha os contornos de uma contradição.

De um lado, é amplamente reconhecida e afirmada a importância da qualificação daqueles que atuam na área, assim como, de modo geral, as ocupações no Turismo são associadas à feição multidisciplinar, “pós-industrial” e globalizada que caracterizaria o setor (Trigo, 1998). Deste modo, em princípio, poder-se-ia celebrar o desenvolvimento recente da atividade no Brasil porque o Turismo “(...) *tem a capacidade de criar empregos de maior qualificação*” (Lanzana, 1999:18) e realmente os proporciona em um número limitado.

Por outro lado, tal nível de qualificação profissional no Turismo brasileiro é considerado, por diversas fontes, muito reduzido e limitador do desenvolvimento da atividade, algo que já se revela, de início, pelos baixos índices de escolaridade da maior parte da força de trabalho do país e que, conseqüentemente, afeta aqueles inseridos nas atividades turísticas.

Assim, se não é falso o argumento de que a qualificação de mão-de-obra no Turismo se constitui em um problema de dimensão estrutural, permanece imprescindível identificar os entraves à melhoria da capacitação dos trabalhadores que são específicos à atividade, ainda que tais dificuldades permaneçam ligadas às condicionantes gerais do mercado de trabalho no Brasil. Ademais, como pondera Garcia (1996) a respeito do ramo hoteleiro, para melhorar a qualificação da mão-de-obra, além do nível de escolaridade formal, se faz necessário promover o acúmulo de experiência profissional e a capacitação através de cursos não regulares e de treinamentos específicos, o que nos indica que nem tudo aqui pode ser resumido a pouca formação escolar dos trabalhadores dessa área.

Analisando separadamente tais entraves, que, na verdade, se encontram muito articulados, começamos pela estrutura de mercado das empresas que compõe o setor. Para certos autores, o tamanho dos estabelecimentos turísticos se constituiria em um problema quanto ao treinamento dos trabalhadores por duas razões. Em primeiro lugar porque as pequenas empresas existentes, que

representam a maioria do total, geralmente são dirigidas por profissionais empreendedores e auto-suficientes e estes, na maior parte das vezes, seriam incapazes de propiciar a melhoria da formação profissional de seus empregados, seja pela falta de treinamento formal em Turismo, seja por não vislumbrarem tal necessidade (Trigo, 1998). Já a segunda razão seria a de que nos pequenos estabelecimentos não haveria recursos nem vagas, em escalões superiores, que precisem ser preenchidas (Hazin *et al.*, 2000).

Um segundo grande entrave, apontado por diversos atores do setor, seria a sazonalidade da atividade. O grande número de desligamentos na baixa estação favoreceria a migração da mão-de-obra para outros setores, impedindo, portanto, a continuidade de sua formação e aprimoramento. É esse o problema que fica expresso no seguinte depoimento do então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Turismo da Grande Florianópolis, Fausto Schmidt, coletado em julho de 2001: *“Então, o problema maior é não conseguir formar equipe devido à baixa temporada. Que fica realmente baixa. Se tivessem condições de fazer encontros, fazer congressos, e ter movimento constante de 30 idade e outros, os hotéis poderiam manter a equipe e, aí, formar esse grupo de atendimento. Nós temos alguns hotéis da região, por exemplo, lá em Santo Amaro, em Águas Mornas, que mantêm a equipe. Então vamos lá ver o serviço que esta gente presta. É de alto gabarito, a gente tem que reconhecer isso aí, eles prestam bom serviço”* (Arruda, 2002:112).

Com isso vai se desenhando um aparente paradoxo entre a necessidade e o desejo, manifestado pelos empresários do setor, de empregar trabalhadores com melhor qualificação e preparo, e a falta de iniciativa e comprometimento tais agentes com essa capacitação, tal como os resultados de uma pesquisa junto aos hotéis da Região Metropolitana de Recife apontam: *“há despreparo da mão-de-obra nos níveis hierárquicos mais baixos, ao mesmo tempo em que se observa a preferência pela admissão de não-experientes, porque ‘não carregam vícios’”* (Hazin *et al.*, 2000:54).

Uma dificuldade adicional, presente na argumentação do empresariado do setor turístico, e que nos auxilia na compreensão da contradição acima destacada, seria o risco envolvido nos programas de qualificação, algo dado

também pela sazonalidade da atividade e pela rotatividade característica do mercado de trabalho brasileiro. Zylberstajn e Silva sintetizam tal pensamento na seguinte passagem: “*Em princípio, nada garante que o retorno do investimento em treinamento da mão-de-obra será apropriado pelo empresário que nele aplicou. Nada impede que, após o empresário investir na qualificação dos seus empregados, um concorrente venha a contratar os funcionários agora mais produtivos*” (2002:20).

Além dos aspectos já destacados, sem dúvida alguma, muito importantes, um quarto ponto a ser levantado e que nos parece central é o baixo nível de remuneração dos trabalhadores do setor e a farta disponibilidade de mão-de-obra disposta a assumir tais ocupações com baixos salários. Para vários empresários, o aumento da qualificação dos empregados implicaria em um correspondente aumento de remunerações, sendo por isso barrada qualquer medida de capacitação (Nunes, 1998). É, pois, a partir disso, que a atração de trabalhadores com maior qualificação se torna nula e há ainda outra limitação, que se refere ao bem-estar daqueles que se empregam nas atividades de Turismo. Nas palavras de Schmidt: “*É difícil você vender um pouco de qualidade com o empregado recebendo o que recebe*” (Arruda, 2002:118).

Como último entrave, a inadequação entre os cursos e treinamentos oferecidos e as necessidades funcionais das empresas de Turismo também pode ser frisada. A maneira de qualificar os trabalhadores do setor desponta, pois, como uma importante questão. A exemplo disso, temos a constante modernização das atividades turísticas, em especial no ramo hoteleiro, que, pelo acirramento da concorrência internacional e por outras transformações na organização dos processos de trabalho, exige novos requisitos profissionais dos ocupados no Turismo¹⁰. (Lima, 2003).

¹⁰ Outro exemplo da reclamada inadequação de currículos, que acarreta na contratação de trabalhadores de fora da comunidade local, é encontrado no discurso de um dirigente de um parque temático de Fortaleza: “*(...) os cursos de capacitação que estão surgindo não atendem à demanda que o mercado necessita. Um garoto que sai de uma dessas faculdades não tem capacidade, na maioria dos casos, para ser recepcionista de hotelaria. A mão-de-obra mais qualificada do Beach Park, por exemplo, é toda importada, parte do eixo Sul/Sudeste, parte de exterior. O padeiro é português, o gerente de alimentos é alemão, o garde manger (gerente de cozinha) é de São Paulo, o montador de buffet é sulista. No que tange ao pessoal de entretenimento, que corresponde a 19 funcionários, somente um é do Ceará, o comediante*” (BNB, 2000:61).

Neste sentido, vale a pena abordar algumas das experiências recentes de qualificação na área de Turismo e seus resultados. No campo das políticas públicas, o principal projeto implementado nos últimos anos foi o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Turismo (PLANFOR/Turismo), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse programa foi financiado com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e seus investimentos totalizaram R\$ 35,9 milhões, entre 1997 e 1999, atingindo a marca de 263,8 mil trabalhadores qualificados, em mais de 472 municípios.

Trata-se, porém, de resultados muito insuficientes às necessidades de capacitação dos trabalhadores do setor, que não depende apenas do treinamento recebido e sim, de um permanente aperfeiçoamento dos mesmos nos locais de trabalho. Também se destaca o baixo número de encaminhamentos do programa porque, em 1999, apenas 27,4% dos formandos conseguiu sua inserção (Brasil/MTE, 2000). Há, pois, que se levar em conta as expectativas daqueles que realizam os cursos e a frustração gerada pela posterior falta de colocação. A qualificação não pode funcionar apenas como uma promessa vaga de inserção profissional, ainda que dela não dependa a resolução do problema do desemprego.

Reforçando o exposto, Nunes, enfaticamente, realiza “(...) *uma crítica a grande avalanche de cursos de pequena duração realizados com recursos do FAT (...) que visa formar uma larga escala de profissionais para o setor de turismo. Neste caso, da forma como estão sendo ministrado, quase em nada contribuem para mudar a realidade dos serviços e não atendem as elevadas exigências do setor. Certamente que as grandes cadeias hoteleiras e as empresas do turismo continuarão treinando seu próprio pessoal, não empregando assim aqueles superficialmente treinados com dinheiro desse fundo, que se fosse bem aplicado poderia contribuir significativamente para a melhoria da qualidade dos serviços*” (1998:402).

Já com um saldo mais positivo, também resgatamos aqui parte da experiência do Instituto da Hospitalidade (IH), criado em Salvador, em 1997, com o objetivo de avaliar e certificar profissionais do Turismo no país. Até recentemente, haviam sido avaliados pelo instituto 27 mil profissionais de 1.900

empresas do setor, abrangendo 20 Estados brasileiros, do que resultaram 14 mil certificações (Turismo em Números, 2006). Em parceria com diversos órgãos técnicos e faculdades de turismo, tais como o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e várias escolas técnicas, é importante destacar que o IH desenvolveu 52 normas para 46 ocupações no setor turístico, das quais 33 já foram adotadas como texto base das normas da ABTN – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Para alguns autores, as iniciativas do IH têm sido bastante positivas na melhoria da qualidade dos serviços e mesmo no sentido de se alcançar a sustentabilidade da atividade, na medida em que também foram desenvolvidos projetos com populações localizadas em áreas turísticas (Simões, 2002; Turismo em Números, 2006). E, na opinião de trabalhadores e empresários do setor, ainda que existam pontos para serem melhorados, o trabalho de certificação profissional tem dado bons frutos (Silva, 2005).

Apesar das várias dificuldades, os exemplos acima fortalecem a percepção de que existem caminhos abertos para sanar a falta de qualificação dos ocupados em Turismo, desde de que haja a mobilização dos atores sociais envolvidos nesta questão, a começar pelo empresariado e pelo setor público.

6.4) Efeitos sobre as condições de trabalho

Se a questão da qualificação profissional no Turismo apresenta-se profundamente ligada aos condicionantes estruturais do mercado de trabalho brasileiro, as condições de trabalho no setor não podem ser determinadas de modo distinto, ainda que se particularizem sob diversos aspectos.

A exploração do trabalho infantil, os altos índices de informalidade, os baixos salários e a heterogeneidade das situações ocupacionais são características históricas da organização do trabalho no Brasil que atingem tanto o setor de Turismo quanto qualquer outro setor da produção. Entretanto, podemos indicar que o desenvolvimento dessa atividade em determinados locais tem contribuído de forma especial para a intensificação de alguns desses problemas, ou mesmo, tem colocando em evidência novas questões.

Um elemento central da presente discussão, que na primeira parte do trabalho já pudemos apontar, é o fato de que no país, o Turismo apresenta-se marcado por baixos salários e por um alto grau de informalidade nas relações de trabalho, tanto pelo grande número de assalariados nessa condição, quanto pelo enorme contingente de ocupados por conta-própria. Iremos, pois, explorar outros aspectos importantes sobre as condições de trabalho no setor.

A questão da sazonalidade no Turismo é uma das mais presentes quando nos referimos a esse tema. Por um lado, relata-se a intensificação das atividades de trabalho e das jornadas na alta temporada (Ouriques, 1998; Hazin, *et al.*, 2000). Por outro, na baixa estação, com a cessão do fluxo de turistas, há uma forte queda dos rendimentos das empresas e dos ocupados por conta-própria, resultando, na maior parte das diversas vezes, na drástica redução do número de empregos¹¹ (Sebrae/Se, 2002). De maneira semelhante, o desaquecimento do Turismo na baixa temporada também define as estratégias de sobrevivência daqueles que, em posições sociais mais vulneráveis, se encontram inseridos na atividade. O depoimento de um “bugueiro” da Praia de Genipabu (Extremoz/RN) é, assim, emblemático: *“Como não tenho outra atividade o jeito é juntar um pouco na temporada, para sustentar a família, na baixa, porque o movimento cai mais da metade, e ainda por cima tem muita promoção de pacote, aí o turista que vem é muito liso”* (Caracristi, 1994:153).

Implicado no tema da sazonalidade, a grande rotatividade dos ocupados nas atividades turísticas é mais uma característica forte do setor. Ainda que os dados disponíveis não permitam um grande aprofundamento neste ponto, pois não captam as flutuações do setor informal, é sempre bastante reforçado, na bibliografia existente, o pouco tempo de permanência dos trabalhadores nas empresas e no próprio setor, o que possui implicações evidentes com os baixos salários auferidos e a falta de qualificação e experiência profissional dos mesmos¹² (Simões, 2002; Ouriques, 1998).

¹¹ Para o sindicalista Fausto Schmidt: *“Pra trabalhar com turismo tem que ser com uma equipe homogênea (...). Este seria o objetivo, só que aqui é só temporada. Na baixa temporada eles demitem 80% dos empregados, e depois admitem só pra temporada. E aí fica aquela história do empregado não ter experiência, ou pouca experiência, prestando serviço ao turista”* (Arruda, 2002:107).

¹² De acordo com opinião de um gerente de hotel na Região Metropolitana de Recife: *“A rotatividade é altíssima por causa da baixa qualificação e da falta de perspectiva no segmento... o emprego é como um quebra-galho”* (Hazin, *et al.*, 2000:29).

No que diz respeito ao trabalho infantil, a tabela 29, abaixo, nos revela um quadro contundente. De acordo com os dados trazidos anteriormente, o total de ocupados da PEA, em 2004, foi estimado em 84.596.294 pessoas. Isso significa que no país, 2,03% dos ocupados são crianças de até 14 anos e que 4,92% delas se encontravam em atividades do setor turístico.

Tabela 29 – Número de Ocupados com Idade entre 10 e 14 anos, segundo Subsetor de Atividade – Brasil, 2004.

2004	Pessoas ocupadas de 10 a 14 anos		
	Total	Participação (%)	
		Turismo	Total
Alojamento	0	0,00	0,00
Alimentação	65.838	78,09	3,84
Ativ. Recreativas, Culturais e Desportivas	7.390	8,76	0,43
Agências de Viagem e Aluguéis de Veículos	1.177	1,40	0,07
Transportes e Ativ. Auxiliares	9.908	11,75	0,58
Turismo	84.313	100,00	4,92
Todas as Atividades	1.713.595	-	100,00

Fonte: PNAD, 2004.

Deste modo percebe-se, o trabalho infantil continua sendo uma triste realidade, em especial, no subsetor de alimentação, com quase 66 mil crianças ocupadas (78% do total do Turismo) e nas atividades recreativas, culturais e desportivas, onde esse número atinge o patamar de 7.390 pessoas (8,76% da soma no setor turístico). Também vale lembrar o caráter familiar que é assumido, em geral, por esse tipo de ocupação, a exemplo do que relata Ouriques (1998) sobre trabalho infantil de ambulantes em Florianópolis: oito menores de idade, dos nove vendedores de praia entrevistados, não ficavam com os ganhos do trabalho que realizavam.

A tabela 30, a seguir, complementa o cenário das condições de ocupação no Turismo trazendo as informações sobre as jornadas de trabalho semanais cumpridas no país. A esse respeito, também se destaca o padrão irregular (diferente de 8 horas/dia) que tomam, freqüentemente, tais jornadas, em especial, no ramo hoteleiro, sendo realizadas em feriados e finais de semana e muitas vezes, em desrespeito à legislação trabalhista (Hazin, *et al.*, 2000).

Tabela 30 – Pessoal Ocupado segundo Subsetor de Atividade e Número de Horas Semanais Trabalhadas - Brasil, 1999/2004.

Número de horas semanais trabalhadas	Pessoas ocupadas por setor de atividade													
	Todas as Atividades		Turismo		Hotéis e Pousadas		Bar e Restaurante		Lazer e Entretenimento		Agência Viagem e Empresas de Turismo		Setor de transporte	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Até 14 horas	4.706.637	6,6	168.762	3,8	1.060	0,4	96.465	4,1	45.186	14,3	2.566	2,2	23.485	1,7
15 a 39 horas	17.053.787	23,8	793.969	18,1	20.165	7,6	467.018	20,0	114.803	36,3	23.305	20,4	168.678	12,3
40 a 44 horas	23.203.104	32,4	927.731	21,1	79.492	30,1	391.554	16,8	59.255	18,7	52.576	46,0	344.854	25,2
45 a 48 horas	12.110.490	16,9	829.483	18,9	87.166	33,0	373.077	16,0	31.937	10,1	15.502	13,6	321.801	23,6
49 horas ou mais	14.558.516	20,3	1.672.714	38,1	76.366	28,9	1.003.399	43,0	65.451	20,7	20.341	17,8	507.157	37,1
Total	71.632.534	100,0	4.392.659	100,0	264.249	100,0	2.331.513	100,0	316.632	100,0	114.290	100,0	1.365.975	100,0
Número de horas semanais trabalhadas	Pessoas ocupadas por setor de atividade													
	Todas as Atividades		Turismo		Alojamento		Alimentação		Ativ. Recreativas, Culturais e Desportivas		Agências de Viagem e Aluguéis de Veículos		Transportes e Ativ. Auxiliares	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Até 14 horas	5.357.888	6,3	301.404	5,2	6.134	2,1	139.970	5,1	116.757	12,5	7.715	7,5	30.828	1,8
15 a 39 horas	18.694.532	22,1	1.148.415	19,8	36.102	12,3	558.386	20,5	293.424	31,4	17.089	16,6	243.414	14,0
40 a 44 horas	28.413.090	33,6	1.361.433	23,5	78.898	26,8	507.139	18,6	253.717	27,2	43.622	42,3	478.057	27,4
45 a 48 horas	14.250.007	16,9	1.087.235	18,7	94.655	32,2	479.281	17,6	116.605	12,5	18.028	17,5	378.666	21,7
49 horas ou mais	17.838.677	21,1	1.904.342	32,8	78.294	26,6	1.044.200	38,3	153.866	16,5	16.643	16,1	611.339	35,1
Total	84.554.194	100,0	5.802.829	100,0	294.083	100,0	2.728.976	100,0	934.369	100,0	103.097	100,0	1.742.304	100,0

Fontes: PNAD, 1999, *apud* Carvalho (2002); PNAD, 2004.

Notas: 1) Pessoas ocupadas com 10 anos ou mais. 2) Excluídos indivíduos sem declaração.

Pelos dados acima, temos que 57% dos ocupados nas atividades de Turismo trabalharam mais de 45 horas semanais em 1999, parcela de ocupados que se reduz e chega a 51,5%, em 2004, mas que, no entanto, permanece muito elevada. Para efeito de comparação, entre os ocupados das demais atividades, esse percentual alcançava 37,2% em 1999 e se eleva para 38%, em 2004.

Pelo mesmo critério de jornada (acima de 45 horas), em relação aos subsectores do Turismo, as piores condições, em ordem decrescente, são aquelas dos ocupados em alojamento, transportes, alimentação, agências de viagens e atividades recreativas, nos dois anos pesquisados, embora, relativamente, se apresentem ocupados com jornadas mais excessivas no subsector de alimentação (38,3% do total do subsector realizou 49 horas ou mais de trabalho, em 2004). Por último, é interessante notar que as atividades recreativas e de lazer são as que possuem um maior volume de ocupados nas menores jornadas, algo que se ajusta à alta informalidade existente no subsector e à conhecida dificuldade de se garantir sobrevivência apenas através do meio artístico e cultural do país.

Outra dimensão importante do tema desenvolvido até aqui se refere à exploração sexual, em muitos casos, de menores de idade, que ocorre nos mais diferentes territórios do Turismo nacional – dentre eles, Fortaleza é que tem se destacado, infelizmente, por tais crimes contra crianças (Costa, 2002). Embora as determinantes desse problema ultrapassem o Turismo, isto é, não se possa afirmar que ele seja o responsável pelo surgimento da prostituição nos grandes pontos de atração de visitantes, algo que possui múltiplas causas, é preciso reconhecer que a atividade tem contribuído (e bastante em alguns lugares) para o agravamento dessa situação, basicamente, por duas razões.

A primeira delas é que efetivamente houve, durante vários anos, uma estratégia de marketing turístico no exterior de explícita vinculação do destino “Brasil” à beleza e à sensualidade de suas mulheres, em alguma medida incentivando o aumento do turismo sexual (Alfonso, 2006). A segunda seria a de que o Turismo, ao criar novos contatos sociais, possibilita o envolvimento sexual com os visitantes (nacionais e estrangeiros), sobretudo, das mulheres do local, o que, por sua vez, se coloca como uma nova alternativa dentro dos planos de vida ou estratégias de ascensão social de tais pessoas¹³. De toda forma, geralmente são precárias as condições de vida das pessoas sujeitas à exploração sexual e isso deve ser um tema permanente da política e dos debates em torno dos efeitos sociais do Turismo no país, ainda que, grosso modo, nos faltem elementos mais quantitativos e qualitativos para refletir sobre tal questão (Coriolano, 1999; Stachuk, 2005).

Não podemos nos esquecer que há ainda as situações em que o crescimento do Turismo representa uma melhora das condições de trabalho para certos grupos de pessoas. Para além dos diversos postos de trabalho ligados a cargos de direção das empresas turísticas ou a funções elevadas do

¹³ “Neste sentido pode-se argumentar que o envolvimento de adolescentes com estrangeiros é motivado por um sistema de carências não restrito às necessidades básicas, como alimentação e moradia. No imaginário das meninas suburbanas que ‘querem se divertir’ ou mesmo daquelas que já se ‘profissionalizaram’ permanece a expectativa de encontrar o ‘príncipe encantado’ que irá tira-la da mesmice de sua existência periférica” (Gondim, *O Povo*, 26/08/1995 apud Coriolano, 1999).

ponto de vista dos requisitos profissionais e de remuneração, temos, em primeiro lugar, os já citados processos de migração de indivíduos qualificados para as áreas turísticas, nas quais, em boa parte das vezes, tais pessoas conseguem aproveitar as novas oportunidades de negócios e trabalho surgidas com a expansão do Turismo (Coriolano, 2000). Em segundo lugar, por mais reduzidas que sejam as diferenças, muitos indivíduos também consideram a sua ocupação no Turismo melhor do que a que possuíam anteriormente, a qual, em geral, vincula-se ao campo, ou ainda, a um nível de remuneração inferior¹⁴ (Ouriques, 1998).

Mas a apreciação das melhorias das condições de trabalho trazidas pelo Turismo, em alguns casos particulares, não pode ofuscar a percepção de situações que também são características do setor e que, na realidade, representam um grave problema social. O trecho escolhido, a seguir, exemplifica bem esse equívoco: *“um segundo aspecto interessante que pode ser observado (...) é a grande quantidade de trabalhadores conta-própria no setor de turismo, ou seja, trabalhadores que são donos de seu ‘negócio’ e que não empregam outros trabalhadores”* (Arbache et al., 2004:9).

Ora, a grande presença de trabalhadores por conta-própria no Turismo, ainda que em situações muito heterogêneas, representa a precarização das relações de trabalho e uma aguda ausência de empregos no país, e não um suposto quadro positivo de elevado empreendedorismo no setor. Mesmo porque, muitas das ocupações classificadas de autônomas e, teoricamente mais independentes, encobrem situações de assalariamento (ganho por comissão) e até relações de servidão por dívida, fato que aparece ilustrado entre vendedores de praia de Florianópolis¹⁵.

¹⁴ Segundo Lage e Milone, *“(...) a evidência de que o salário relativo ao trabalho gerado pelo turismo é uma alternativa desejada, somada à perspectiva de futuro brilhante, fazem com que mesmo os trabalhadores mal-remunerados considerem os empregos nos hotéis mais atrativos do que os ligados à terra”* (1998:39).

¹⁵ Conforme o depoimento de um vendedor ambulante entrevistado por Ouriques: *“Oxente, a gente trabalha o verão todo e não ganha nada. Fica devendo, porque tem que pagar comida, viagem e casa onde fica. Eu estou aqui pagando a dívida do ano passado. Oxente, eu não acho isso certo, mas fazer o quê? Se pelo menos parasse de chover um pouco talvez a gente vendia mais”* (1998:106).

Apesar dos vários problemas, os efeitos do Turismo sobre as condições de trabalho no país ainda podem ser positivos. É preciso, pois, que se avance em políticas de proteção social ao trabalhador do setor, principalmente, em relação aos aspectos que foram acima destacados.

6.5) Alterações em atividades tradicionais nas regiões de potencial turístico

Enfocando-se a temática dos efeitos do desenvolvimento das atividades turísticas sobre a organização espacial e social dos territórios, podemos agrupar as experiências descritas por diversos estudos em dois grupos de resultado principal, mais ou menos homogêneos, sobre as comunidades tradicionais e suas atividades características.

O primeiro deles é formado pelas experiências positivas de desenvolvimento turístico local, no qual as atividades tradicionais são preservadas ou integradas, de maneira mais ou menos harmônica, aos novos impulsos do Turismo. Trata-se, efetivamente, de um grupo bastante reduzido de casos que podem ser vinculados a formas de estruturação da atividade alternativas ao turismo de massas, tal como o ecoturismo. Já o segundo grupo, infelizmente, incorporando a maioria dos casos, é o das experiências onde há a sobreposição da ocupação turística dos territórios em detrimento de suas formas de ocupação tradicional, com a resultante desorganização social dessas atividades, e mesmo, das comunidades anfitriãs.

Grosso modo, também é possível identificar dois tipos de situações em que esse último processo ocorre, um deles associados a uma lógica de valorização turística elitista e ligada ao circuito internacional, em que há, minimamente, uma inserção da comunidade nas novas atividades, e o outro, em que a população residente vê-se apartada de seu território, algumas vezes, paradoxalmente, por causa de iniciativas preservacionistas, mas socialmente excludentes, de conservação de áreas naturais (Luchiari e Cerrano, 2002).

No que diz respeito aos efeitos negativos do desenvolvimento do Turismo em comunidades tradicionais, as experiências de Jericoacoara (Jijoca/CE) e de Canoa Quebrada (Aracati/CE) são emblemáticas da primeira

forma de fenômeno, em que há a desestruturação social pela incorporação dos residente a um novo conjunto de valores e práticas externas ao seu padrão de vida usual.

Recuperando o ocorrido nas duas pequenas vilas, Coriolano (2000) enfatiza que a migração turística nesses locais esteve muito associada, para além de seus belos atrativos naturais, à emergência da globalização econômica e aos efeitos de mídia e de marketing turístico globais — que rapidamente geram a valorização e a depreciação simbólica e material dos destinos turísticos —, sem que houvesse uma consistente organização da comunidade, preparando-se para conviver com os impactos gerados pelos novos visitantes.

Inseridas neste contexto, as duas localidades cearenses vão se tornando proeminentes pólos de atração de turistas nacionais e internacionais, que, aos poucos, passam a retornar definitivamente para esses territórios, atraídos pelas possibilidades de grandes lucros no desenvolvimento de um potencial turístico ocioso. Os efeitos sociais desse processo foram então desastrosos. A esse respeito, a autora afirma, referindo-se a Canoa Quebrada, que as “(...) transformações sócio-espaciais dessa vila pesqueira foram radicais, podendo-se dizer hoje esta comunidade depende dos turistas para sobreviver. Muitos pescadores abandonaram suas antigas profissões para se dedicar às atividades turísticas, quando não havia ainda a compreensão de que o turismo depende delas para poder se desenvolver” (2000:55).

Deste modo, Coriolano conclui que as duas comunidades foram tão desenraizadas de suas tradições que conformam novas territorialidades, ou seja, um território de novas práticas sociais, fronteiras, pontos de referência e de novos centros decisórios muito distintos do que havia anteriormente.

Por sua vez, os processos de instalação de resorts, na maioria dos casos, constituem-se em exemplos do segundo modo de desorganização das atividades econômicas e sociais tradicionais, que ocorre, sobretudo, pela segregação espacial e/ou social dos antigos moradores. Organizados como verdadeiros enclaves, apartados de quaisquer relações com a população local,

na medida em que estabelecem sistemas *all inclusive*¹⁶, o Complexo Costa do Sauípe, o Praia do Forte EcoResort (ambos em Mata de São João/BA) e muitos outros empreendimentos similares, criados no âmbito das políticas de grandes projetos turísticos no litoral nordestino, foram responsáveis pelo deslocamento dos moradores do entorno, pela privatização de espaços públicos e pela inviabilização das atividades de subsistência que ali realizavam¹⁷ (Cruz, 2001; Couto, 2003; Fontes e Lages, 2003; Luchiari e Cerrano, 2002).

Não apenas no Nordeste, mas, na região Sudeste do país, isto é, no litoral norte paulista, a expansão turística e a urbanização de territórios aconteceu com as mesmas feições, contando-se ainda com intervenção direta do poder público na definição de áreas proteção ambiental. De acordo Luchiari (1999), se, por um lado, a criação de leis de proteção ambiental em alguma medida inibiu uma expansão urbana mais desenfreada dessa região, por outro, também é válido dizer que esta legislação restringiu a utilização dos recursos naturais pelas comunidades locais, o que representou um forte constrangimento à manutenção do modo de vida caiçara, que é íntima e harmoniosamente ligado às paisagens naturais, tanto do ponto de vista de sua sobrevivência econômica, através da lavoura, da pesca e da caça, quanto sob a perspectiva das suas atividades sociais

¹⁶ Mecanismo pelo qual o hóspede paga, antecipadamente, todas as despesas de sua estadia e que desestimula qualquer ausência do empreendimento (Rosa e Tavares, 2002).

¹⁷ Reproduzimos aqui um extenso, mas importante, trecho do trabalho de Loureiro, revelando esse problema na instalação do Praia do Forte EcoResort: *“Uma das ações praticadas pelo empreendedores no intuito da conservação dos recursos naturais foi a privatização de determinadas áreas que possuem grande riqueza e diversidade cênica e biológica (...). A principal delas é a Reserva da Sapiranga, onde antigamente viviam alguns nativos que praticavam o extrativismo, a caça, a pesca e a agricultura de subsistência há gerações. O impacto provocado à natureza era pequeno (...) e permitia a sobrevivência desses moradores. Entretanto, com a compra das terras e a implantação do projeto turístico, os empresários, utilizando o discurso preservacionista, expulsaram quase todos os moradores da Reserva, e implantaram um controle de acesso rigoroso à mesma através da construção de uma guarita e uma fiscalização constante através da criação da primeira Delegacia Ecológica da Bahia. Com isso, os empresários da área passaram a restringir e proibir a utilização destes recursos naturais por parte da população em detrimento dos turistas hospedados no resort e demais visitantes que desejam praticar o ecoturismo mediante o pagamento de uma taxa de entrada na Reserva. Essas medidas tomadas pelos empresários e permitidas pelo poder público local geraram conflitos com os antigos moradores que além de ficarem sem as suas moradias e proibidos de praticar as suas atividades de subsistência, se viram privados também de utilizar os rios e lagoas para o lazer e abastecimento de água”* (2005:118).

e culturais, entre elas, as festas, os mutirões, as crenças e a regulação do calendário social a partir dos ciclos da natureza.

Nas palavras da autora, depois da implantação da BR-101 (Rio-Santos) a “(...) atividade turística passou a modelar a paisagem, a acelerar o processo de urbanização e especulação imobiliária, a mudar o perfil demográfico com o incremento migratório e, somado às políticas de preservação dos recursos naturais do Parque Estadual da Serra do Mar, passou também a ser responsável pelo processo de marginalização, ou mesmo expulsão, das comunidades caiçara” (Luchiari, 1999:136).

Importa considerar aqui que não se trata de idealizar as condições de vida e trabalho nas comunidades tradicionais, como se nelas fossem inexistentes profundas carências ou relações de dominação local (Benevides, 1999), mas apenas reconhecer que tais atividades garantem a independência da comunidade com relação ao Turismo — que pode ser excludente e é por natureza sujeito à inúmeras flutuações — ao mesmo tempo em que se constituem como grandes suportes para o desenvolvimento de uma atividade turística realmente sustentável ambiental e socialmente.

Neste sentido, é fundamental ressaltar as experiências bem sucedidas de desenvolvimento turístico local, embora elas sejam pouco numerosas. Luchiari e Cerrano (2002), por exemplo, indicam dois casos em que a conservação ambiental, através do ecoturismo e por meio do envolvimento da comunidade e de auxílios externos, propiciou uma alternativa viável de subsistência econômica e social. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá seria o primeiro deles e o segundo, o projeto de ecoturismo comunitário em Silves, ambos no Amazonas.

Além disso, também é possível encontrarmos comunidades no Ceará que, conscientes dos riscos e dos efeitos negativos trazidos pelo Turismo em localidades próximas, se anteciparam frente à expansão desenfreada da atividade e conseguiram, de algum modo, organizar a exploração turística local. Prainha do Canto Verde (Beribe/CE), Ponta Grossa (Icapuí/CE) e Balbino (Cascavel/CE) ilustram esse processo, nos quais a luta dos nativos contra a

expropriação de suas terras e contra a especulação imobiliária forjou uma forte união entre os moradores, desdobrada, em alguns casos, em associações e cooperativas de Turismo (Rocha, Lima e Coriolano, 2003).

Através de pesquisas próprias nas comunidades vizinhas, de cursos de gestão, de oficinas de capacitação, da delimitação do tipo de visitante e turismo e, sobretudo, da organização e participação dos moradores, Prainha do Canto Verde desenvolve hoje o que muitos autores consideram como um Turismo sustentável de base local (Silva, 2003; Mendonça e Irving, 2006). Vale a pena resgatar essa experiência: com a criação da cooperativa de Turismo, o “(...) morador passou a ser visto como um morador-gestor de sua própria pousada, fazendo com que sua renda não ficasse concentrada, mas fosse dividida com outros empreendedores. Os restaurantes também são de propriedade dos moradores. Deste modo, o turismo se desenvolve sem controle e intervenção de investidores externos, fazendo com que o lucro fique dentro da própria comunidade permitindo aos jovens permanecerem no local, gerando renda complementar para sua família, sem abandonar a pesca como atividade econômica principal. Toda essa conscientização de trabalho solidário e sustentável envolve e engaja os moradores da Prainha do Canto Verde em outras atividades fundamentais para o aumento da qualidade de vida da comunidade, provando que se o turismo for planejado e implementado seguindo o modelo de sustentabilidade e participação auto-gestionada, os resultados vão muito além do que o turismo de massa pode trazer” (Blanco, 2006:4-5).

Assim, nos parece bastante clara quais as possibilidades de desenvolvimento turístico local existentes e quais são os efeitos sociais esperados para cada tipo de opção tomada nessa direção, em especial, com relação à sobrevivência das atividades e dos modos de vida tradicionais das pequenas comunidades do país. Resta agora saber como se posicionará a ação do poder público na preservação e apoio dessas comunidades.

6.6) *Alterações das condições de vida nas regiões de potencial turístico (comércio local, atividades de lazer, saneamento, coleta de resíduos urbanos, transportes etc.).*

Para melhor avaliarmos as diversas experiências e os vários tipos de impactos do Turismo sobre as condições de vida da população residente, faz-se importante considerarmos, antes de tudo, as formas pelas quais as atividades turísticas são inseridas e interagem com os processos de urbanização local.

Sobre este aspecto, Cruz (2001) define três possibilidades de relação entre o Turismo e o urbano, numa perspectiva de análise espacial. De acordo com a autora, identificam-se como distintas as situações em que, em primeiro lugar, a organização do espaço urbano precede ao aparecimento do Turismo, em segundo lugar, quando o processo de urbanização é, de maneira simultânea, uma urbanização turística e, em terceiro lugar, quando são as atividades turísticas que antecedem e impulsionam a criação de equipamentos urbanos.

Para correlacionarmos os efeitos do Turismo com a presença ou não de formas de intervenção e de planejamento público da atividade, invocaremos, na seqüência, alguns exemplos para cada um dos tipos de situação abordada.

Os processos em que o Turismo se desenvolve a partir de núcleos urbanos consolidados representam a maioria das situações no país, uma vez que o fenômeno da urbanização é muito anterior ao surgimento das atividades turísticas. Cruz pondera que nessa situação, há uma maior resistência às transformações trazidas pelo Turismo, cabendo ao poder público local efetivar as mediações dos conflitos surgidos na disputa pelas antigas e novas formas de uso do território. O crescimento do Turismo em Florianópolis pode ilustrar bem esse caso e as dificuldades enfrentadas no ordenamento público da atividade.

Com a grande expansão do fluxo de visitantes ao longo dos anos noventa, elevando-se de cerca de 330 mil turistas, em 1991, para 550 mil, em 2000, o Turismo na capital catarinense foi sendo encarado, por diversas lideranças políticas locais, como uma vocação natural da cidade (Arruda, 1998). Deste modo, aos poucos também foi se consolidando na população uma percepção dessa atividade como responsável por diversos benefícios sociais,

principalmente, com relação à geração de empregos e renda, ainda que eles não sejam necessariamente atestados (Ouriques, 1998).

Por outro lado, a partir dessa certa espontaneidade e otimismo no modo de encarar o Turismo, o poder público local mostrou-se displicente ou incapaz de lidar com aumento da exploração turística, deixando patente vários problemas. Arruda assim argumentava que o “(...) crescimento do setor no Estado não está sendo acompanhado por uma implementação de infra-estrutura adequada. As maiores críticas dos turistas, reconhecidas por autoridades e empresariado do setor, foram em relação ao abastecimento de água, colapso sanitário, sinalização deficiente e vias estranguladas. Mas não é só isso, faltam portos para desembarque de passageiros de cruzeiros. O Presidente da Santur (Santa Catarina Turismo S/A), Flávio Coelho, reconhece que é necessário fazer grandes investimentos em infra-estrutura, como saneamento básico, melhoria do sistema rodoviário, aéreo e marítimo” (2002:71).

Além disso, segundo a autora, existe um consenso entre especialistas do Turismo sobre a urgência de obras de saneamento básico e de abastecimento de água, não só em Florianópolis, mas em todo o litoral de Santa Catarina, consenso ao entorno do qual vão somando-se, ansiosamente, as expectativas de concretização dos investimentos do Prodetur-Sul.

O processo de ocupação desordenada do solo, gerando uma especulação imobiliária crescente na cidade é outro aspecto crítico bastante ressaltado por Ouriques (1998). O número de licenças para habite-se explodiu na última década, junto com a verticalização das construções, e com isso deterioraram-se não apenas os custos de vida da população local, como foram duramente afetadas as condições ambientais que servem de suporte e atrativo para o desenvolvimento da atividade.

Mesmo há anos no cerne do debate político e com seus diversos efeitos experimentados pela população, o Turismo parece não ter recebido um planejamento à altura de seus impactos em Florianópolis, reforçando uma semelhança com outras situações nacionais em que o Turismo, até então uma atividade tida como secundária, passa a se desenvolver rapidamente em

grandes centros urbanos consolidados, com o ordenamento espacial, a regulação pública e os investimentos necessários em infra-estrutura e em proteção ambiental vindo à reboque de sua expansão.

Quanto aos casos em que a urbanização e o desenvolvimento do Turismo são parte de um único processo, podem aqui ser elencados os megaprojetos turísticos¹⁸ Costa Dourada (PE/AL), Linha Verde (BA), o Projeto Parque das Dunas-Via Costeira (RN), Cabo Branco (PB) e os vários outros empreendimentos hoteleiros que se desdobram dos mesmos (Cruz, 2001). A transformação territorial produzida neste tipo de processo é, sem dúvida alguma, enorme, assim como o são os efeitos provocados sobre as condições de vida dos residentes das áreas afetadas pelos projetos.

Gomes e Silva registram, em detalhes, as mudanças ocorridas em Natal e seu entorno, em razão da implementação das ações de urbanização turística: *“Dentre os investimentos realizados no âmbito da atuação do Pólo Costa das Dunas, podemos ressaltar: ampliação do aeroporto Augusto Severo, obras de esgotamento na Via Costeira, drenagem e pavimentação de avenidas, urbanização da orla de Ponta Negra, implantação de uma unidade de conservação e educação ambiental no Parque das Dunas, ampliação e duplicação de trechos da BR 101, pavimentação de estradas que dão acesso às praias do litoral norte, sinalização turística, desenvolvimento de projeto educacional voltado para a valorização do patrimônio histórico e cultural dos municípios envolvidos, programas de capacitação da mão-de-obra, estruturação, modernização e capacitação de 14 órgãos públicos nos municípios que atuam com o turismo. Além disso, está sendo ampliada a rede hoteleira não apenas no município de Natal, mas em outros municípios, como Touros, São Miguel do Gostoso, dentre outros. Os investimentos do PRODETUR no Rio Grande do Norte chegam a totalizar, até o momento, cerca de 36,1 milhões de dólares, os quais são empregados em melhorias implementadas através do Pólo Costa das Dunas.”* (2006).

¹⁸ Cruz (2001) entende como megaprojetos turísticos os empreendimentos planejados e executados pelo poder público com o intuito de criação de áreas de primeira qualidade para a inversão privada. O principal traço dessas políticas é a tentativa de transformação de uma dada localidade em um grande centro turístico, através da intensa intervenção pública estadual que define áreas, negocia lotes e até financia os empreendimentos que serão implantados.

Apesar de todo o planejamento e das benfeitorias implantadas, tal processo de urbanização turística também está sujeito a críticas. Os dois autores citados, por exemplo, se questionam sobre o real usufruto da população na utilização de tais melhorias, exatamente, no mesmo sentido em que se posiciona Cruz quando afirma que a modernização trazida pelas políticas de megaprojetos (estradas pavimentadas, energia elétrica, telefonia, hotéis de luxo, heliportos, campos de golfe, etc.) é social e espacialmente restrita, isto é, concentrada territorialmente (quando poderia ser, sem nenhum impedimento, desconcentrada) e excludente, pela privatização dos espaços, além de muito onerosa aos cofres públicos e ao meio ambiente (a Via Costeira, por exemplo, foi um fator altamente desestabilizador do ecossistema dunar por cortar o sopé das dunas com seu traçado).

Com relação aos efeitos sociais gerados nos processos em que o Turismo se antecipa à urbanização do território, o caso de Porto Seguro pode ser novamente frisado. Com a intensa imigração para área, mesmo os investimentos realizados no âmbito do Prodetur I foram insuficientes para atender as necessidades de habitação, saneamento básico e de proteção dos mananciais. Nenhuma verba do programa foi destinada às ligações domiciliares na rede de esgoto que foi instalada em toda cidade baixa, permanecendo o Rio dos Mangues, que abastece o município, continuamente poluído.

Silva e Fernandes complementam a análise, observando mais problemas gerados nesse processo. Eles colocam: *“Socialmente, poucos são os nativos que se beneficiam do turismo. O custo de vida em geral (alimentação, aluguel, etc.), ficou muito mais alto. A maioria tem emprego de baixa qualificação e salário pequeno, além de sazonal, vivendo em subúrbios ou favelas. Essa marginalização, a prostituição e o tráfico de drogas, também estimulados pelo turismo ‘festivo’ ali promovido, geram um contexto social de pobreza, criminalidade e violência muito parecido ao que ocorre na periferia de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Paradoxalmente, o turismo que está sendo implantado na Costa do Descobrimento visa a ‘descentralização da atividade turista’ e o aumento de demanda por lugares exóticos, ‘dissociados da experiência cotidiana do cidadão’”* (2006).

Se, no caso dos projetos de urbanização turística, que foram planejados, foram encontradas muitas falhas na previsão das reais necessidades da população local, nos processos em que o Turismo avança e determina o surgimento das aglomerações urbanas, pode-se dizer então que o acúmulo de problemas sociais vinculados ao desenvolvimento do Turismo é gravíssimo.

Outra importante questão, a migração espacial entre os residentes de uma localidade turística, isto é, a expulsão dos tradicionais moradores de determinadas áreas também se coloca nos três tipos de interação do Turismo com os espaços urbanos, e em vários lugares. Para destacar apenas algumas das situações, servem de referência o ocorrido em Salvador, com a revitalização do Pelourinho (Oliveira e Oliveira, 2006), a já referida implementação de resorts no litoral baiano (Loureiro, 2005) e o processo subsequente à “descoberta” ou à rápida valorização turística da praia de Pipa, em Tibau do Sul, no Rio Grande do Norte (Rocha Neto, 1997).

No entanto, sem desconhecer os terríveis efeitos de saturação do Turismo já arrolados, Lage e Milone ponderam que as atitudes da comunidade devem ser razoáveis em relação aos turistas porque esses trazem benefícios ao local. Assim, se não houvesse a presença dos visitantes “(...) *os residentes não teriam acesso a diversos serviços ou possibilidade de pagar por eles. Muitas cidades não poderiam ter seus museus, bibliotecas, parques ou zoológicos, senão pelas receitas advindas de pessoa de fora dessas localidades*” (1998:36).

Ora, o que as experiências enfocadas acima têm demonstrado é que isso apenas ocorre em uma parcela diminuta dos casos, pois nas áreas do país de maior crescimento recente da atividade, a utilização da infra-estrutura criada pela população local é reduzida e os custos sociais envolvidos não são compensados ou minimizados pelo crescimento do Turismo, pelo contrário. O planejamento turístico destaca-se assim de modo urgente e fundamental. De um lado, para realmente prevenir os impactos sociais e ambientais negativos causado pelo desenvolvimento da atividade e, de outro, para modificar o

próprio modelo excludente de Turismo que tem prevalecido nos projetos implementados ao longo dos últimos anos.

7) Principais Resultados

7.1) Comparação do setor de Turismo com os outros serviços

- Participação dos diversos setores:

No ano de 2004, a participação do setor de Turismo na ocupação total foi de 7,2%. Já o peso do Turismo nos total do setor de Serviços foi de 12,4%, valor muito semelhante ao dos Serviços Auxiliares à Atividade Econômica (12,2%) e ao do Serviço Doméstico (13,8%). Neste ano, os setores que mais contribuíram na ocupação total do setor de Serviços foram as Atividades de Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação e os Serviços Sociais, respondendo juntos por 55,4% dos ocupados.

- Ocupação feminina:

Nos Serviços a participação feminina é mais elevada, correspondendo a 51,8% dos ocupados, enquanto no Turismo a participação feminina é de 36% e, para efeito de comparação, na produção de bens esta porcentagem é de 25,6%.

- Perfil etário:

O perfil etário da população empregada no setor de Turismo acompanha o do setor de Serviços, com a parcela mais expressiva da população ocupada situada na faixa entre 30 e 49 anos. No setor de Turismo, os ocupados com 30 anos ou mais representam 63,7% do total.

- Grau de instrução:

No setor de Turismo apontam que 5,2% dos ocupados são analfabetos, 38,5% não lograram completar o ensino fundamental, 23,1% possuem o ensino médio incompleto e 4,5% alcançaram o ensino superior completo, o que totaliza 66,8% dos ocupados com nível de escolaridade inferior ao ensino médio

completo. Os dados do setor de Turismo são ainda piores do que os observados para o setor de Serviços como um todo.

- **Posição na ocupação:**

O setor de Turismo possui apenas 37,3% do total de ocupados na posição de empregados com carteira, sendo que destes 22,3% são empregados sem carteira, índices ainda piores do que aqueles observados para o setor de Serviços. Ademais, no setor de Turismo observam-se os mais expressivos contingentes de trabalhadores nas posições de conta própria, totalizando 29,8% dos ocupados.

- **Rendimentos:**

Quase todos os setores apresentam pouco mais de 50% de seus ocupados na faixa entre 1 e 3 salários mínimos. A maior discrepância verifica-se quando se observam as faixas de maior e menor rendimento. Assim, no setor de Turismo 5,3% dos ocupados não percebem rendimentos, índice maior do que o dos outros setores. Por outro lado, pouco mais de 20% dos trabalhadores dos Serviços de Utilidade Pública, Serviços Sociais e Serviços Auxiliares à Atividade Econômica recebem mais do que cinco salários mínimos, enquanto no setor de Turismo apenas 9,7% dos ocupados percebem rendimentos superiores a 5 salários mínimos.

7.2) O setor de Turismo em perspectiva: gênero e subsetores de atividade

- **Perfil etário:**

A grande maioria dos ocupados concentra-se nas idades de 20 a 49 anos (73,0%), sendo que este perfil também é semelhante quando se analisam as diferenças entre os sexos.

- **Grau de instrução e gênero:**

As mulheres ocupadas no setor de Turismo têm níveis de instrução mais elevados do que os homens. Os ocupados com acesso ao curso superior (superior incompleto e completo) representam 37,2% das mulheres e 30,5% dos

homens. Inversamente, encontra-se uma proporção maior de homens nos níveis inferiores de escolaridade.

- Principais subsetores:

Os principais subsetores de atividade do Turismo, em termos de pessoas ocupadas, são: Alimentação (47,0%); Transporte Terrestre (25,3%) e Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas (16,1%). Juntos, respondem por 88,4% dos ocupados no setor de Turismo.

- Subsetores e gênero:

No caso das mulheres, o subsetor de alimentação responde por 64,8% da ocupação feminina, enquanto no caso dos homens, os setores de alimentação e de transporte terrestre apresentam as mais altas taxas de participação no total da ocupação masculina, com índices de 37,1 e 36,2%, respectivamente.

- Posição na ocupação e gênero:

No caso do emprego feminino há uma proporção menor de empregados com carteira (34,6% no caso das mulheres e 38,8% no caso dos homens) e maior de empregados sem carteira (26,3% no caso das mulheres e 20,0% no caso dos homens). Por outro lado, a ocupação por conta própria é menos freqüente no caso das mulheres, 24,4%, do que entre os homens, com 32,8% dos ocupados.

- Informalidade e gênero:

A informalidade entre os trabalhadores assalariados é maior no caso das mulheres no setor de Turismo. Entre as mulheres assalariadas, 56,2% têm um emprego com carteira assinada (formal) e 43,8% não possuem carteira assinada. No caso masculino, 65,7% do emprego assalariado é de trabalhadores com vínculos formais e 34,3% de trabalhadores informais.

- Formalidade por subsectores de atividade:

O transporte aéreo é o setor que apresenta o maior número de empregados assalariados com carteira assinada (92,4%). Alojamento, Transporte Terrestre, Atividades Auxiliares ao Transporte e Aluguel de veículos também apresentam uma alta formalidade, enquanto o setor com menor percentagem de empregados com carteira assinada é das Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas.

7.3) Os rendimentos no setor de Turismo

- Rendimentos e gênero:

Os rendimentos masculinos no Turismo são superiores aos femininos. No caso das mulheres, 54,6% ganham entre 1 e 3 salários mínimos, 20,4% recebem até 1 salário mínimo e apenas 6,5% recebem mais do que 5 salários mínimos, enquanto entre os homens, 52,4% recebem entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto 13,6% recebem até 1 salário mínimo e 11,5% recebem mais do que 5 salários mínimos.

- Rendimentos e idade:

Há uma evidente correlação positiva entre idade e rendimentos. Assim, nas faixas etárias superiores, encontra-se uma maior proporção de ocupados em faixas salariais mais elevadas.

- Rendimentos e grau de instrução

Quanto maior o nível de instrução, maior o salário do trabalhador. Ao se computar os ocupados que recebem até três salários mínimos, observa-se que estes respondem por 92,2%, 83,0%, 77,5%, 65,6% e 21,3% dos ocupados, respectivamente, nos grupos de analfabetos, com ensino fundamental incompleto, médio incompleto, superior incompleto e superior completo. É digno de nota haver uma clara diferenciação nos rendimentos dos trabalhadores quando estes passam a ter o curso superior completo.

- Rendimentos e subsetores:

O subsetor de alimentação é aquele que paga os piores salários, com 85,5% dos ocupados com rendimentos de até 3 salários mínimos. Os setores de agências de viagens e aluguel de veículos estão entre aqueles que melhor remuneraram seus ocupados. O subsetor de atividades recreativas, culturais e desportivas apresenta uma diversidade de remunerações bastante ampla, acompanhando mais de perto a distribuição de remunerações do setor de Turismo como um todo.

- Rendimentos e posição na ocupação:

Os empregados sem carteira e os conta própria são aqueles com as piores remunerações do setor de Turismo, ainda que entre os conta própria existam proporções significativas de ocupados ganhando mais de 5 salários mínimos (12,0%). No caso dos empregados sem carteira, 90,9% dos ocupados ganham no máximo 3 salários mínimos, enquanto no grupo de ocupados por conta própria, 70,5% estão em idêntica situação. Os empregadores, como já se esperava, são os que recebem melhores remunerações.

7.4) O Setor de Turismo conforme Regiões

- Grau de instrução:

A proporção de ocupados com curso superior completo é menor na região Nordeste (2,3%) do que no Sudeste (5,6%) e do que no Sul (5,5%). Além disso, a proporção de pessoas com apenas fundamental incompleto é superior no caso do Nordeste, chegando a 43,5% no caso dos homens e 39,3% no caso das mulheres. Nesse sentido, podemos dizer que esta última região tem ocupados com uma menor escolaridade.

Posição na ocupação:

Proporções significativas de ocupados no setor Turismo não possuem carteira assinada e isto é mais significativo considerando o recorte de gênero, entre as mulheres, e considerando o recorte regional, no Nordeste. O trabalho

por conta-própria também é uma característica do setor de Turismo. Quanto aos empregadores eles são mais comuns na região Sul com a ausência de diferenças nas proporções entre homens e mulheres.

- Formalidade e informalidade entre os assalariados:

No Brasil, no Sudeste e no Sul a formalidade é maior do que a informalidade, porém este padrão se inverte na região Nordeste. O Sul é a região com maior participação dos trabalhadores na formalidade, sendo que representam quase 70% dos ocupados da região.

- Rendimentos:

O Nordeste concentra um maior contingente de seus ocupados em faixas de baixos salários vis-à-vis as regiões Sudeste e Sul. Além disso, a despeito das diferenças regionais observadas, um mesmo padrão se observa: as mulheres recebem sistematicamente menores salários do que os homens.

7.5) O Setor de Turismo e seus impactos sociais

- Geração de empregos diretos e indiretos:

Há uma evidente falta de informações precisas sobre o potencial de geração de postos de trabalho no Turismo que aponta a necessidade de elaboração de mais dados e de prudência na discussão deste tema. Feitas tais ressalvas, é possível indicar, grosso modo, uma evolução favorável em relação ao crescimento das ocupações no setor em comparação com a evolução da PEA, no período de 1999 a 2004, e ainda, com uma elevação da participação relativa do setor no total de ocupados do país (de 13,1%, na hipótese mais otimista). Também se destaca o ramo de alojamento como principal subsetor na geração de empregos diretos e indiretos e o turismo rural pelos seus possíveis impactos na manutenção produtiva e populacional do campo.

- Atração de mão-de-obra de outras regiões:

O Turismo desempenha um forte papel na atração de trabalhadores, seja daqueles mais qualificados, em busca de um melhor padrão de vida nas localidades turísticas, seja, principalmente, daquele contingente de pessoas à procura de quaisquer alternativas de ocupação e de melhoria das condições de subsistência, mesmo que precárias. Observou-se, ao longo dos últimos anos, uma grande explosão demográfica nas principais centros turísticos emergentes, muitas vezes acompanhada de relatos sobre os problemas sociais advindos da migração expressiva e da falta de absorção adequada, em igual ritmo, desses trabalhadores no mercado de trabalho local.

- Qualificação de mão-de-obra local e/ou atraída de outras regiões:

Apesar de ser encarado como um setor no qual a qualificação profissional é absolutamente imprescindível para sobrevivência no mercado, o Turismo no País apresenta uma mão-de-obra pouco qualificada. Os entraves encontrados para a melhoria dos níveis de capacitação vão desde a falta de recursos e de interesse dos pequenos estabelecimentos do setor e o problema dos baixos salários oferecidos até a questão da rotatividade de trabalhadores pela sazonalidade da atividade e a dificuldade de estabelecer cursos e treinamentos adequados às demandas do mercado. Sobre o último aspecto, é interessante aprofundar as poucas experiências positivas hoje existentes, particularmente, na área da certificação profissional.

- Condições de Trabalho:

Além das baixas remunerações e da alta informalidade, as condições de trabalho no setor também se caracterizam, de modo geral, pela instabilidade das ocupações e por jornadas de trabalho muito extensas. Vale a pena apontar que o trabalho infantil, ainda que pequeno em comparação com a PEA, é largamente utilizado, principalmente no subsetor de alimentação. A exploração sexual é outro dado negativo marcante das condições de ocupação no setor de Turismo que deve ser enfrentado.

- Alterações em atividades tradicionais nas regiões de potencial turístico:

Na maioria dos casos, as mudanças promovidas pelo Turismo sobre as atividades tradicionais têm levado à descaracterização das comunidades e ao declínio dessas atividades, seja pela rápida incorporação a um novo sistema de práticas e relações sociais, seja pela restrição da utilização dos territórios que permitiam a manutenção de tais práticas. Entretanto, existem algumas experiências muito positivas do desenvolvimento do Turismo de forma complementar e equilibrada em relação às atividades tradicionais, indicando um campo aberto de possibilidades de crescimento da atividade, desde de que haja uma efetiva inclusão e participação da comunidade local.

- Alterações nas condições de vida nas regiões de potencial turístico:

As transformações sociais e na infra-estrutura urbana, de comércio e de serviços, advindas com o crescimento do Turismo estão dissociadas, em boa parte dos casos, da presença de um planejamento adequado dos possíveis efeitos deste processo nas regiões de grande potencial turístico. Há evidentes melhorias na oferta dos equipamentos sociais disponíveis quando do avanço da atividade, mas, muitas vezes, essa oferta não está acessível à população local ou chega com atraso e de maneira insuficiente para fazer face aos problemas sociais que também podem ser agravados com o Turismo, em especial, no que diz respeito aos transportes, água, luz e saneamento básico. A especulação imobiliária e a expulsão dos moradores tradicionais de áreas valorizadas pelo Turismo é outro aspecto bastante freqüente neste processo, ressaltando, portanto, a importância de uma intervenção pública mais ativa no planejamento e na ordenação da atividade.

8) Bibliografia

- ALFONSO, L. P. *EMBRATUR: formadora de imagens da nação brasileira*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2006. Dissertação de Mestrado.
- ARBACHE, J. S. et al. *Matriz de Contabilidade Social do Brasil para o Turismo - 2002*. Brasília: UnB, 2004.
- ARRUDA, L. R. "Economia Regional e o Setor de Turismo na Região Metropolitana de Florianópolis" In: DIEESE/CESIT (Org.). *Emprego e Desenvolvimento tecnológico: estudos DIEESE/CESIT*. São Paulo: DIEESE, Campinas: CESIT/UNICAMP, 2002. CD-ROM.
- BELTRÃO, K. I. & ALVES, J.E.D. "A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX". *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu - MG, 2004*.
- BENEVIDES, I. P. "Para uma Agenda de Discussão do Turismo como Fator de Desenvolvimento Local". In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL (1.: 1997 : São Paulo). *Turismo e desenvolvimento local/Rodrigues, A. B. (Org.)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BLANCO, E. "Micro-Redes de Turismo de Base Comunitária: A Experiência do V Fórum Social Mundial". *Caderno Virtual de Turismo (IVT)*. Rio de Janeiro: IVT, nº 15, 2005. Disponível em: <www.itv-rj.net>. Acesso em: 16/07/2006.
- BNB (Banco do Nordeste do Brasil). *O Setor Turismo*. Fortaleza: BNB, 2000.
- BRASIL, H. S. *Análise Econômica do Turismo no Brasil*. Brasília: Embratur. Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: abr. 2003.
- BRASIL-MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). *Planfor - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador: Qualificação Profissional - A Experiência na Área de Turismo*. Brasília: MTE, 2000.
- BRASIL-MTUR (Ministério do Turismo). *Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil: Reflexões e Perspectivas*. Brasília: MTUR, 2005.

- BROWNING, H. C. & SINGERMAN, J. "The transformation of the US labor force: the interaction of industry and occupation". *Politics and Society*, v.8, n.3-4, 1978, p.481-509.
- CARACRISTI, M. F. A. *Hotéis e Barracas de Praia - O Fenômeno do Turismo no Crescimento Econômico da Cidade de Natal*. São Paulo: USP/ECA, 1994. Dissertação de Mestrado.
- CARVALHO, C. X. "Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Turismo e seus Impactos na Economia de Pernambuco na Década de 90". In: DIEESE/CESIT (Org.). *Emprego e Desenvolvimento tecnológico: estudos DIEESE/CESIT*. São Paulo: DIEESE, Campinas: CESIT/UNICAMP, 2002. CD-ROM.
- CASIMIRO FILHO, F. *Contribuições do Turismo à Economia Brasileira*. Piracicaba: ESALQ/USP, 2002. Tese de Doutorado.
- CATRAMBY, T. C. V. & COSTA, S. R. R. "Qualificação Profissional em Turismo como Fator de Competitividade do Setor". *Caderno Virtual de Turismo (IVT)*. Rio de Janeiro: IVT, nº 13, 2004. Disponível em: <www.itv-rj.net>. Acesso em: 15/04/2006.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. "Turismo: De Migrações Temporárias à Fixação no Território". *Turismo: Tendências e Debates*. Salvador, nº 3, 2000.
- _____. "Da Sedução do Turismo ao Turismo de Sedução". In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo, Modernidade, Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- COSTA, M. M. "O Setor do Turismo no Ceará: um exame do seu desempenho na década de 1990". In: DIEESE/CESIT (Org.). *Emprego e Desenvolvimento tecnológico: estudos DIEESE/CESIT*. São Paulo: DIEESE, Campinas: CESIT/UNICAMP, 2002. CD-ROM.

COUTO, R. C. *Impacto Social do Turismo – Os Impactos Causados pela Hotelaria nas Comunidades Locais – Estudo de Caso: Complexo Costa do Sauípe*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Monografia de Pós-Graduação.

CRUZ, R. C. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2001.

EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo). *Conta Satélite do Turismo – CST. Brasil, 1999*. Brasília: EMBRATUR, 2002.

_____. *Evolução do Turismo no Brasil: 1992 a 2001*. Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 30/08/2003.

EMPREGO é o item mais sensível da Conta Satélite de Turismo. *Ministério do Turismo*. Brasília, out., 2005. Disponível em: <www.mtur.gov.br>. Acesso em: 30/07/2006.

FADE (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco)/EMBRATUR. "Estudo Econômico-Financeiro dos Meios de Hospedagem e Parques Temáticos no Brasil". In: EMBRATUR. *Estudos do Turismo Brasileiro*. Brasília: Embratur, 1998.

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)/EMBRATUR. *Meios de Hospedagem: estrutura de consumo e impactos na economia*. São Paulo: FIPE/EMBRATUR, 2006. Relatório de Pesquisa.

_____. *Estudo do Mercado Interno de Turismo 2001*. Brasília: EMBRATUR, 2002.

FONTES, E. O. & LAGES, C. S. "Apropriação do Espaço pelo Turismo em Sauípe e seu Impacto no Desenvolvimento Local". In: CORIOLANO, L. N. M. T. & LIMA, L. C. (Org.). *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

GARCIA, M. E. "Absorção de mão-de-obra, escolaridade e salários na hotelaria brasileira". *Turismo em Análise*. São Paulo, v. 7, nº 1, 1996.

GOMES, R. C. C. & SILVA, V. P. "Estado, Turismo e Mercado de Trabalho". *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona:

Universidad de Barcelona, v. 6, nº 119, 2002. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/nova.htm>. Acesso em: 15/05/2006.

HAZIN, A. L., OLIVEIRA, C. F. G. & MEDEIROS, R. *Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal*. Recife: FUNDAJ/UNICAP, 2000.

HOLANDA, L. A. & VIEIRA, M. M. F. "Sobre a Falácia da Relação Direta entre Turismo e Desenvolvimento Local". In: CARVALHO, C. A. & VIEIRA, M. M. F. (Org.). *Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: A Agenda de Pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife: Editora UFPE, 2003.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Tendências Demográficas: Uma Análise dos Resultados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

LAGE, B. H. G. & MILONE, P. C. "Impactos Socioeconômicos do Turismo". *Revista de Administração*. São Paulo: USP, v. 33, nº 4, 1998.

LANZANA, A. "Globalização, Emprego e Turismo". *Informações Fipe*. São Paulo, nº 252, 1999.

LIMA, R. A. P. F. *O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil*. São Paulo: USP/ECA, 2003. Tese de Doutorado.

LOUREIRO, L. V. *Resort e Ecoturismo: Sinergia Positiva ou Negativa*. Salvador: UFBA/EA, 2005.

LUCHIARI, M. T. D. P. "Turismo e Cultura Caiçara no Litoral Norte Paulista". In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo, Modernidade, Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. & SERRANO, C. "Tourism and Environment in Brazil". In: (Eds.) HOGAN, D. J., BERQUO, E., COSTA, H. S. M. *Population and Environment in Brazil: Rio+10*. Campinas: CNPD/ABEP/NEPO, 2002.

- MENDONÇA, T. C. M. & IRVING, M. A. "Turismo de Base Comunitária: A Participação como Prática no Desenvolvimento de Projetos Turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beribe (CE)". *Caderno Virtual de Turismo (IVT)*. Rio de Janeiro: IVT, nº 14, 2004. Disponível em: <www.itv-rj.net>. Acesso em: 16/07/2006.
- NUNES, D. M. "Capacitação: Suporte para o Turismo". In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). *Turismo com Ética*. Fortaleza: UECE, v. 1, 1998.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). *Measuring the Role of Tourism in OECD Economies: The OECD Manual on Tourism Satellite Accounts and Employment Module*. Paris: OECD, 2000.
- OLIVEIRA, M. F. S. & OLIVEIRA, O. J. R. "Carnaval, Turismo e Trabalho Informal na Bahia: tanto negócio e tanto negociante". *Caderno Virtual de Turismo (IVT)*. Rio de Janeiro: IVT, nº 18, 2005. Disponível em: <www.itv-rj.net>. Acesso em: 15/04/2006.
- OURIQUES, H. R. *Turismo em Florianópolis: uma crítica à "indústria pós-moderna"*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.
- ROCHA, A. M., LIMA, L. C. & CORIOLANO, L. N. M. T. "A Luta pelo Direito à Terra, à Cultura e ao Turismo: O Caso de Batoque-Aquiraz-CE". In: CORIOLANO, L. N. M. T. & LIMA, L. C. (Orgs.). *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- ROCHA NETO, J. M. *Impactos Sociais, Econômicos e Culturais do Turismo em Populações Nativas e Ambientes Naturais: O Caso de Pipa-RN*. Natal: UFRN, 1997. Dissertação de Mestrado.
- ROSA, S. E. S. & TAVARES, M. M. "A Recente Expansão do Resorts no Brasil". *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro: BNDES, nº 16, 2002.
- SAAB, W. G. L. "Considerações sobre o Desenvolvimento do Setor de Turismo no Brasil". *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro: BNDES, nº 10, 1999.

- SEBRAE/SE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe). *Perfil de Bares e Restaurantes do Corredor Turístico de Sergipe*. Aracaju: SEBRAE/SE, 2002.
- SILVA, J. H. G. *A Atividade Turística como Propulsora do Desenvolvimento Local. Um estudo de caso na Prainha do Canto Verde, Beribe, CE*. Campinas: UNICAMP/IE, 2003. Monografia de Graduação.
- SILVA, P. G. N. *O Programa Bahia Qualitur sob a Ótica da Qualificação Profissional e da Gestão Organizacional em Meios de Hospedagem de Pequeno Porte: Um Estudo de Caso no Albergue das Laranjeiras*. Salvador: CEFET-BA, 2005. Monografia de Graduação.
- SILVA, M. J. R. & GOMES, R. C. C. "Migração, Crescimento Econômico e Qualidade de Vida em Natal/RN". *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 5, nº 94, 2001. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/nova.htm>. Acesso em: 15/05/2006.
- SILVA, M. S. & FERNANDES, F. M. "Turismo, Desenvolvimento Local e Pobreza no Município de Porto Seguro - BA". *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, nº 51, 2005. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 05/07/2006.
- SIMÕES, A. M. S. "Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho no Setor de Turismo da Bahia". In: DIEESE/CESIT (Org.). *Emprego e Desenvolvimento tecnológico: estudos DIEESE/CESIT*. São Paulo: DIEESE, Campinas: CESIT/UNICAMP, 2002. CD-ROM.
- STACHUK, M. "Turismo sexual envolve amor, sonho de casamento e ascensão". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 31 jan., 2005. Entrevista da 2ª com a antropóloga Adriana Piscitelli.
- TRIGO, L. G. G. *A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo*. Campinas: Papirus, 1998.

TURISMO EM NÚMEROS. São Paulo: Sindetur/SP, nº 52, 2006. Entrevista com Luiz Felipe Carneiro da Cruz, Presidente do Instituto de Hospitalidade.

WTO (World Tourism Organization). "TSA in depth: Analyzing tourism as an economic activity". Madri: WTO. Disponível em: <www.world-tourism.org>. Acesso em: 15/07/2003.

_____. *Enzo Paci Papers on Measuring the Economic Significance of Tourism*. Madri: WTO, vol.1, 2001.

_____. *World Tourism Leaders' Meeting: The Social Impacts of Tourism - Final Report*. Madri: WTO, 1997.

ZYLBERSTAJN, H. & SILVA, M. B. "A Qualidade do Emprego no Turismo". *Informações Fipe*. São Paulo, nº 257, 2002.

ANEXO I

Tabela 1 – Atividades do Segmento de Turismo

Cód. CNAE	Descrição	Cód. PNAD	Descrição
55.13-1	Estabelecimentos hoteleiros	55010	Alojamento
55.19-0	Outros tipos de alojamento		
55.21-2	Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo	55020	Ambulantes de Alimentação
55.22-0	Lanchonetes e similares	55030	Outros serviços de alimentação – exceto ambulantes
55.23-9	Cantinas (serviços de alimentação privativos)		
55.24-7	Fornecimento de comida preparada		
55.29-8	Outros serviços de alimentação		
60.10-0	Transporte ferroviário interurbano	60010	Transporte ferroviário
60.24-0	Transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano	60040	Transporte rodoviário de passageiros
60.25-9	Transporte rodoviário de passageiros, não regular		
60.29-1	Transporte regular em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos	60091	Transporte de bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de
61.11-5	Transporte marítimo de cabotagem	61000	Transporte Aquaviário
61.12-3	Transporte marítimo de longo curso		
61.21-2	Transporte por navegação interior de passageiros		
62.10-3	Transporte aéreo, regular	62000	Transporte aéreo
62.20-0	Transporte aéreo, não regular		
63.21-5	Atividades auxiliares dos transportes terrestres	63021	Atividades auxiliares aos transportes
63.22-3	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários		
63.23-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos		
63.30-4	Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	63030	Agências de viagens e organizadores de viagens
71.10-2	Aluguel de automóveis	71010	Aluguel de veículos
71.21-8	Aluguel de outros meios de transporte terrestre		
71.22-6	Aluguel de embarcações		
71.23-4	Aluguel de aeronaves		
92.31-2	Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias	92015	Outras atividades artísticas e de espetáculos
92.32-0	Gestão de salas de espetáculos		
92.39-8	Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente		
92.51-7	Atividades de bibliotecas e arquivos	92030	Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais
92.52-5	Atividades de museus e de conservação do patrimônio histórico		
92.53-3	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas		
92.61-4	Atividades desportivas	92040	Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer
92.62-2	Outras atividades relacionadas ao lazer		

Fonte: IBGE

Setores de Atividade dos Serviços	
Serviços	Setores de Atividade
Turismo	Alojamento; Ambulantes de Alimentação; Outros Serviços de Alimentação; Transporte Ferroviário; Transporte Rodoviário de Passageiros; Transporte em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de; Transporte Aquaviário; Transporte Aéreo; Atividades Auxiliares aos Transportes; Agências de Viagens e Organizadores de Viagens; Aluguel de Veículos; Outras Atividades artísticas e de Espetáculos; Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais; Atividades Desportivas e outras relacionadas ao lazer.
Serviço social	Administração do Estado e da política Econômica e Social - Federal; Administração do Estado e da Política Econômica e Social - Estadual; Administração do Estado e da Política Econômica e Social - Municipal; Forças Armadas; Outros Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública - Federal; Outros Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública - Estadual; Outros Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública - municipal; Seguridade Social; Educação Regular, supletiva e especial pública; Educação Regular, supletiva e especial particular; Outras Atividades de Ensino; Saúde Pública; Saúde Particular; Outras Atividades de Saúde; Serviços Veterinários; Serviços Sociais.
Serviço de Utilidade Pública	Produção e Distribuição de Energia Elétrica; Produção e Distribuição de Gás através de tubulações; Captação, tratamento e distribuição de água; Limpeza Urbana e Esgoto e Atividades Conexas.
Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	Intermediação Financeira; Serviços e Previdência Privada; Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira; Atividades Auxiliares dos Seguros e da Previdência Privada; Atividades Imobiliárias - exceto condomínios prediais; Condomínios Prediais; Aluguel de Máquinas e Equipamentos;

	Aluguel de Objetos Pessoais e Domésticos; Atividades de Informática; Manutenção e Reparação de Máquinas de Escritório e de Informática; Pesquisa e Desenvolvimento; Atividades jurídicas, de contabilidade, e de pesquisas de mercado e de opinião pública; Atividades de Assessoria em Gestão Empresarial; Serviços de Arquitetura e Engenharia e de assessoramento técnico especializado; Ensaio de Materiais e de Produtos, análise de qualidade; Publicidade; Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; Investigação, vigilância e segurança; Atividades de Imunização, higienização e de limpeza em prédios e em domicílios; Outros Serviços Prestados às Empresas; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.
Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	Atividades de Organizações Sindicais; Atividades de Organizações empresariais, patronais e profissionais; Atividades de Organizações Religiosas e Filosóficas; Outras Atividades Associativas; Produção de Filmes Cinematográficos e de Fitas de Vídeo; Distribuição e Projeção de filmes e de Vídeos; Atividades de Rádio; Atividades de Televisão; Atividades de Agências de Notícias; Lavanderias e Tinturarias; Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza; Atividades funerárias; Atividades de manutenção do Físico Corporal; Outras Atividades de Serviços Pessoais.
Serviço Doméstico	Serviços Domésticos
Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	Comércio de Veículos Automotores; Serviços de Reparação e Manutenção de Veículos Automotores; Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Automotores; Comércio, manutenção e reparação de motocicletas; Posto de Combustíveis; Representantes Comerciais e agentes de comércio; Comércio de Produtos Agropecuários; Comércio de Produtos Alimentícios, bebidas e fumo; Comércio de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos e armarinho; Comércio de artigos de vestuário, complementos e calçados; Comércio de Madeira, material de construção, ferragens e ferramentas; Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de

	<p>residência; Comércio de livros, jornais, revistas e papelaria; Comércio de Produtos Farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos; Comércio de Máquinas, aparelhos e equipamentos - exceto eletrodomésticos; Comércio de Combustíveis - exceto posto de combustíveis; Comércio de Resíduos e Sucatas; Comércio de produtos extrativos de Origem Mineral; Comércio de Mercadorias em Geral - inclusive mercadorias usadas; Supermercado e Hipermercado; Lojas de Departamento e outros comércios não especializados; Comércio Varejista de Artigos em Geral por Catálogo, televisão, internet e outros meios; Comércio Varejista Realizado em Postos Móveis, instalados em vias públicas; Outros tipos de Comércio Varejista, não realizado em lojas; Reparação e Manutenção de Eletrodomésticos; Reparação de Calçados; Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos - exceto de eletrodomésticos e calçados; Transporte Metroviário; Transporte Rodoviário de Cargas - exceto de mudanças; Transporte Rodoviário de mudanças; Transporte Dutoviário; Carga e Descarga, armazenamento e depósitos; Organização do Transporte de Cargas; Atividades de Correio; Telecomunicações.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 1

Distribuição das Pessoas Ocupadas nos Diversos Setores dos Serviços conforme Idade - Brasil 2004

Idade	Turismo	Serviços Sociais	Serviços de Utilidade Pública	Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	Serviços Domésticos	Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	Total
menos de 19 anos	543.769	446.767	15.238	349.272	232.154	685.323	1.602.458	3.874.981
entre 20 e 29 anos	1.562.759	2.737.856	136.148	1.841.716	635.544	1.645.744	4.460.906	13.020.673
entre 30 e 49 anos	2.673.433	6.471.625	312.457	2.763.400	1.153.202	3.206.466	6.247.784	22.828.367
mais do que 50 anos	1.022.868	1.956.944	90.144	753.310	342.680	934.951	2.019.612	7.120.509
Total	5.802.829	11.613.192	553.987	5.707.698	2.363.580	6.472.484	14.330.760	46.844.530

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Tabela 2

Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Setor de Atividade e Sexo - Brasil-2004

	Homem	Mulher	Total
Alojamento	141.619	152.464	294.083
Alimentação	1.376.796	1.352.180	2.728.976
Transporte Terrestre	1.344.542	123.078	1.467.620
Transporte Aquaviário	49.871	3.055	52.926
Transporte Aéreo	42.418	23.710	66.128
Atividades Auxil ao Transporte	130.381	25.249	155.630
Agências de Viagens	48.381	38.976	87.357
Aluguel de Veículos	10.324	5.416	15.740
Ativ Recreativas, Culturais e Despot	570.574	363.795	934.369
Total	3.714.906	2.087.923	5.802.829

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Tabela 3

Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Posição na Ocupação e Sexo - Brasil-2004

	Homem	Mulher	Total
Empregado com Carteira	1.443.205	721.689	2.164.894
Empregado sem Carteira	741.770	550.096	1.291.866
Conta Própria	1.218.706	510.000	1.728.706
Empregador	208.366	109.794	318.160
Outros	102.859	196.344	299.203
Total	3.714.906	2.087.923	5.802.829

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Tabela 4

Distribuição dos Empregados no Turismo conforme Posse ou Não de Carteira de Trabalho e Sexo - Brasil-2004

	Homem	Mulher	Total
formal	1.422.429	705.235	2.127.664
informal	741.770	550.096	1.291.866
Total	2.164.199	1.255.331	3.419.530

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Tabela 5

Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Grau de Instrução e Sexo - Brasil-2004

	Homem	Mulher	Total
Analfabeto	188.134	112.829	300.963
Fundamental Incompleto	1.484.707	750.265	2.234.972
Médio Incompleto	898.062	442.035	1.340.097
Sperior Incompleto	988.914	656.819	1.645.733
Superior Completo	143.114	118.985	262.099
Sem Declaração	11.975	6.990	18.965
Total	3.714.906	2.087.923	5.802.829

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Tabela 6

Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo segundo Idade e sexo - Brasil-2004

	Homem	Mulher	Total
10 a 14	58.378	25.935	84.313
15 a 19	297.603	161.853	459.456
20 a 29	987.705	575.054	1.562.759
30 a 39	866.250	525.067	1.391.317
40 a 49	806.545	475.571	1.282.116
50 a 59	462.038	237.610	699.648
60 ou mais	236.387	86.833	323.220
Total	3.714.906	2.087.923	5.802.829

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

Tabela 7

Distribuição das Pessoas Ocupadas no Turismo conforme Rendimento Médio e Sexo - Brasil-2004

	Homem	Mulher	Total
sem rendimento	104.639	203.377	308.016
até 1/2 salário mínimo	205.420	182.020	387.440
de 1/2 até 1 salário mínimo	298.337	244.181	542.518
de 1 até 2 salários mínimos	1.402.260	963.844	2.366.104
de 2 até 3 salários mínimos	544.869	174.369	719.238
de 3 até 5 salários mínimos	654.069	147.916	801.985
de 5 até 10 salários mínimos	304.463	100.915	405.378
mais de 10 salários mínimos	122.577	36.299	158.876
sem declaração	78.272	35.002	113.274
Total	3.714.906	2.087.923	5.802.829

Fonte: Tabulações do Projeto "O Turismo no Brasil", a partir dos dados da PNAD

ANEXO II

Setor Turismo - PNAD 1999

Cód. CNAE	Descrição
511	Hotéis, Pousadas, Motéis, Hospedarias, Albergues, etc.
512	Restaurantes, Cantinas, Pizzarias, Bares, etc.
551	Entretenimento e Lazer (Cinemas, teatros, Parques de diversão, Boates, Casas de Show, orquestras, discotecas, Salões de jogos, etc).
586	Agencias de Viagem e empresas de Turismo (Aeroportos, Empresas Estaduais de Turismo, Aluguel de Aeronaves e Embarcações, etc.).
472	Transporte Rodoviário.
474	Transporte Ferroviário e Metroviário.
475	Transporte Hidroviário (marítimo, fluvial e lacustre).
476	Transporte Aéreo.
477	Outros Transportes (Bondes, Funicular, Teleférico, etc).
587	Atividades de Apoio ao Transporte (locação de veículos, estacionamentos, estações rodoviárias, etc).

Simplificados Para:	
Hotéis e Pousadas	(511)
Bares e restaurantes	(512)
Entretenimento e Lazer	(551)
Agencias de Viagem e Empresas de turismo	(586)
Transportes	(472, 474, 475, 476, 477, 587)

Fonte: IH/CNAE-IBGE *apud* Carvalho (2002).

COLABORADORES:



REALIZAÇÃO:



Ministério do
Turismo

